



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pousa Alegre, POUSO ALEGRE / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

RESOLUCAO Nº198/2022/CONSUP/IFSULDEMINAS

18 de maio de 2022

Dispõe sobre a criação e aprovação do PPC do Curso de Pós-graduação (Lato sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do IFSULDEMINAS - Campus Avançado Carmo de Minas.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Marcelo Bregagnoli, nomeado pelo Decreto de 23 de julho de 2018, DOU nº 141/2018 – seção 2, página 1 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em reunião realizada em dezoito de maio de 2022, **RESOLVE**:

Art. 1º - Aprovar a Criação do Curso de Pós-graduação (Lato sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS - Campus Avançado Carmo de Minas.

Art. 2º - Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação (Lato sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. (Anexo).

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Marcelo Bregagnoli
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcelo Bregagnoli**, REITOR - PRECONSUP - IFSULDEMINAS - CONSUP, em 18/05/2022 14:32:41.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/05/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 247396

Código de Autenticação: a485ee9a37





INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Avançado Carmo de Minas

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA
PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - DocentEPT**

**Carmo de Minas - MG
Fevereiro/ 2022**

GOVERNO FEDERAL

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Victor Godoy Veiga

**DIRETORA DE POLÍTICAS DE REGULAÇÃO DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Joelma Kremer

**COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Anderson Sanita

**COORDENADORA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA
A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (OFERTA CAPES/UAB E
SETEC/MEC)**

Simone Medeiros

**PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)**

Cláudia Mansani Queda de Toledo

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Carlos Cezar Modernel Lenuzza

**COORDENAÇÃO-GERAL DE PROGRAMAS E CURSOS EM ENSINO A
DISTÂNCIA**

Luiz Alberto Rocha de Lira

COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO ACADÊMICA

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS, CURSOS E FORMAÇÃO EM EAD

Carlos Estevam Marcolini Rezende

COORDENAÇÃO-GERAL DE SUPERVISÃO E FOMENTO

Bruno Teles Nunes

COORDENAÇÃO DE SUPERVISÃO E FOMENTO

Rogério de Sousa Oliveira

COORDENAÇÃO DE CONCESSÃO DE BOLSAS

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Tomás Dias Sant'Ana

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS**

GOVERNO FEDERAL

REITOR DO IFSULDEMINAS

Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Thiago de Sousa Santos

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Giovane José da Silva

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Cleber Ávila Barbosa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Sindynara Ferreira

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS**

CONSELHO SUPERIOR

Presidente

Marcelo Bregagnoli

Representantes dos Diretores-gerais dos Campi

Carlos Henrique Rodrigues Reinato, Francisco Vitor de Paula, João Paulo de Toledo Gomes, João Olympio de Araújo Neto, Renato Aparecido de Souza, Mariana Felicetti Rezende, Luiz Flávio Reis Fernandes, Thiago Caproni Tavares

Representante do Ministério da Educação

Silmário Batista dos Santos

Representantes do Corpo Docente

Evando Luiz Coelho, Cristina Carvalho de Almeida, Simone Villas Ferreira, Renan Servat Sander, Isabel Ribeiro do Valle Teixeira, Marcelo Carvalho Bottazzini e Amauri Araujo Antunes.

Representantes do Corpo Técnico Administrativo

Thiago Marçal da Silva, Maria Aparecida Avelino, Dorival Alves Neto, Felipe Palma da Fonseca, Rafael Martins Neves, Tônia Amanda Paz dos Santos, Arthemisa Freitas Guimarães Costa e João Paulo Espedito Mariano.

Representantes do Corpo Discente

Carolina de Lima Milhorini, Perola Jennifes Leite da Silva, Vinício Augusto da Silva, Carla Inês Silva, Carolina Cassemiro Batiston, Márcia Scodeler e Sara Isabelle Lima de Oliveira.

Representantes dos Egressos

Eduardo D'Angelo de Souza, Valéria de Aguiar Lopes, Vinícius Puerta Ramos, Rossevelt Heldt, João Vitor Falciroli Paltrinieri e Glauco Pereira Junqueira

Representantes das Entidades Patronais

Alexandre Magno e Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Clemilson José Pereira, Teovaldo José Aparecido

Representantes do Setor Público ou Estatais

Ivan Santos Pereira Neto
Juliano Santana Silva

Membros Natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS**

DIRETORES-GERAIS DOS CAMPI

Campus Inconfidentes

Luiz Flávio Reis Fernandes

Campus Machado

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Campus Muzambinho

Renato Aparecido de Souza

Campus Passos

João Paulo de Toledo Gomes

Campus Poços de Caldas

Thiago Caproni Tavares

Campus Pouso Alegre

Mariana Felicetti Rezende

Campus Avançado Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado Três Corações

Francisco Vítor de Paula

COORDENADOR DO CURSO

Michele Martins Silva Ribeiro

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

- Comissão de elaboração do Projeto de Curso de Especialização em Docência para a Educação profissional e tecnológica (versão original)

Instituto Federal de Santa Catarina
Paulo Roberto Wollinger
Olivier Allain

Colaboradores:

Instituto Federal do Espírito Santo
Mônica Costa Arrevabeni
Danielli Veiga Carneiro Sondermann
Wesley Vitor da Silva

Secretaria de Educação profissional e tecnológica
Marilza Regattieri
Joelma Kremer Crislaine
Kruber Joedna Hubner

- Reelaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Docência para a EPT em 2022.

Instituto Federal de Santa Catarina
Paulo Roberto Wollinger

Instituto Federal do Espírito Santo
Larissy Alves Cotonhoto

- Adaptação do Projeto Pedagógico do Curso de Curso de Especialização em Docência para a EPT para oferta Capes/UAB e Setec/MEC

Secretaria de Educação profissional e tecnológica
Simone Medeiros

Colaboradoras:

Iara Christina Silva Barroca
Joana Darc de Castro Ribeiro
Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

- Readequação com as informações locais:
Michele Martins Silva Ribeiro e Luiz Gustavo de Mello

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ofertas fomentadas pelos programas PRONATEC e MEDIOTECH.....	20
Quadro 2 - Ofertas Institucionais.....	21
Quadro 3 - Matriz Curricular.....	47
Quadro 4 – Ambientação em Educação a Distância.....	50
Quadro 5 – Epistemologia da Educação profissional e tecnológica.....	52
Quadro 6 - Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para	54
Quadro 7 – Tecnologias Educacionais para a Educação profissional e	56
Quadro 8 – Didática em Educação profissional e tecnológica.	58
Quadro 9 - Projeto Pedagógico na Educação profissional e tecnológica.	60
Quadro 10 - Práticas Inclusivas na Educação profissional e tecnológica.....	62
Quadro 11 – Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação profissional e	64
Quadro 12 - Trabalho Final de Curso.	66
Quadro 13 - Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Infraestrutura do <i>Campus</i> Avançado Carmo de Minas.	83
Tabela 2 - Equipamentos do Laboratório de Alimentos.	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do IFSULDEMINAS.	16
Figura 2 - Mapa da Microrregião do sul de Minas Gerais.....	17
Figura 3 - Municípios pertencentes à região do Circuito das Águas.	17
Figura 4 - População e matrículas do município de Carmo de Minas.....	18
Figura 5 - População estimada por município em um raio de 50 Km de Carmo de Minas.....	19
Figura 6 - Metodologia de elaboração de disciplinas de EaD.	37
Figura 7 - Vista aérea das instalações do <i>Campus</i> Avançado Carmo de Minas.....	84
Figura 8 - Laboratório de Alimentos	73
Figura 9 - Salas de Aula	79
Figura 10 - Laboratório de Físico-Química e Grãos.....	79
Figura 11 - Laboratório de Microbiologia de Alimentos	79
Figura 12 - Laboratório de Análise Sensorial e Laboratório de Processamento de Alimentos	79
Figura 13 - Sanitários e Barreira Sanitária.....	79

SUMÁRIO

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	12
1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria	12
1.2 <i>Campus</i> Avançado Carmo de Minas	12
2 DADOS GERAIS DO CURSO	13
3 HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	14
3.1 Caracterização Institucional do IFSULDEMINAS	15
3.2 Caracterização Institucional do <i>Campus</i> Avançado Carmo de Minas	16
4 APRESENTAÇÃO DO CURSO.....	22
4.1 Apresentação e contextualização institucional	22
4.2 Breve histórico da oferta do curso	22
4.3 Breve histórico da EaD no <i>Campus</i> Avançado Carmo de Minas.....	26
4.4 Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	27
4.4.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares.....	27
4.4.2 Dimensão epistemológica da educação profissional e tecnológica.....	29
4.4.3 Outras dimensões do trabalho	31
4.4.4 Dimensão social do trabalho e da técnica	34
4.4.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores	34
4.4.6 Princípios Educacionais	35
4.4.7 Viabilidade técnica	36
4.5 Justificativa	38
4.5.1 Exigência Legal	38
4.5.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT	39
5 OBJETIVOS DO CURSO	42
5.1 Objetivo Geral	42
5.2 Objetivos Específicos	42
5.3 Público-alvo.....	42
6 REGIME ACADÊMICO DE OFERTA.....	43
6.1 Do Ingresso e Matrícula	43
6.1.1 O processo seletivo.....	43
6.1.2 A matrícula	44
6.2 Do Trancamento e Cancelamento de Matrícula	44
7 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	46
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	47
8.1 A Matriz Curricular	47
8.2 Certificação.....	48
9. EMENTÁRIO.....	50
9.1 Ementas para o Módulo I.....	50
9.2 Ementas para o Módulo II	60
9.3 Trabalho Final de Curso	70
10 METODOLOGIA.....	72
11 ESTÁGIO	74
12 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	75
13 ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.....	77
14 CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO	78
14.1 Formação de Formadores e equipes locais	78
14.2 Corpo Docente e técnico.....	79
14.3 Coordenação e Corpo Docente do Curso	79
15 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO	81

ENSINO APRENDIZAGEM	81
16 INFRAESTRUTURA.....	82
16.1 Instalações gerais e equipamentos	82
16.2 Instalações locais e equipamentos	83
16.2.1 Biblioteca, Instalações e Equipamentos	85
16.2.2 Laboratórios.....	87
16.2.2.1 Espaço <i>Maker</i> , Empresa Júnior e Incubadora de Empresa.....	87
16.2.2.2 Laboratórios de Informática	87
16.2.2.3 Laboratório de Alimentos	87
16.2.2.4 Laboratório de Ciências.....	91
16.2.2.5 Laboratório de Matemática.....	91
16.3 Polos de apoio presencial	91
16.3.1 As bibliotecas nos polos de apoio presencial	92
16.4 Fontes de Recursos Orçamentários.....	93
17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	94
18 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	96

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Os dados da Reitoria, da Entidade Mantenedora e do *Campus* estão apresentados a seguir, evidenciando a constituição formal dessa instituição de ensino.

1.1 IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais**
CNPJ **10.648.539/0001-05**
Nome do Dirigente **Marcelo Bregagnoli**
Endereço do Instituto **Av. Vicente Simões, 1.111**
Bairro **Nova Pouso Alegre**
Cidade **Pouso Alegre**
UF **Minas Gerais**
CEP **37553-465**
DDD/Telefone **(35)3449-6150**
E-mail **<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/>**

1.2 *Campus* Avançado Carmo de Minas

Local de Oferta **Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – *Campus* Avançado Carmo de Minas**
CNPJ **10.648.539/0010-04**
Nome do Dirigente **João Olympio de Araújo Neto**
Endereço da Entidade Mantenedora **Alameda Murilo Eugênio Rubião, s/nº.**
Bairro **Chacrinha**
Cidade **Carmo de Minas**
UF **Minas Gerais**
CEP **37.472-000**
DDD/Telefone **(35) 99809-7953**
Site **<https://portal.cdm.ifsuldeminas.edu.br/>**

2 DADOS GERAIS DO CURSO

Os dados do curso estão apresentados a seguir.

Nome do Curso	Especialização em docência para a educação profissional e tecnológica - DocentEPT				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 – Educação 7.08.07.07-8 – Ensino Profissionalizante				
UA ¹ Responsável	Campus Avançado Carmo de Minas				
Carga Horária Total	480h	Duração (meses)	12	Nº de vagas	200
Modalidade	<input type="checkbox"/> Presencial - <input type="checkbox"/> Semipresencial - <input checked="" type="checkbox"/> A Distância				
Polos	O curso será ofertado em 5 polos.				
Outras Instituições participantes	Secretaria de Educação profissional e tecnológica (Setec)				
Período previsto para realização do curso					
<input type="checkbox"/> Oferta Regular – Início em:					
<input checked="" type="checkbox"/> Oferta única – Início em: Agosto/2022 Término em: Agosto/2023 - Replicável a critério do Ministério da Educação.					
Coordenador					
Nome	Michele Martins Silva Ribeiro				
E-mail	Michele.silva@ifsuldeminas.edu.br	Telefone	+55 (35) 99112-0591		
Carga horária IFSULDEMINAS	40h	Carga horária dedicação ao curso	15h		
Área de formação	Administração/ Educação				
Link do Currículo Lattes	http://lattes.cnpq.br/2991197875749374				
Resumo do Currículo Lattes					
Doutoranda em Educação, Conhecimento e Sociedade pela (Univás), Mestra em Educação pela Univás (2021), graduada em Administração pela Faculdade Santa Marta (1999), licenciada em Normal Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2006) e, possui especialização em Psicopedagogia com ênfase em Educação Inclusiva pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2007). Pertencente ao Grupo de Pesquisa em Educação e Gestão (GPEG), certificado pela Universidade do Vale do Sapucaí, cadastrado no Diretório do CNPq, linha de Pesquisa Educação e Gestão. Atualmente é professora EBTT no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - <i>Campus</i> Avançado Carmo de Minas, com funções de Coordenação do Técnico em Administração e Coordenação da Educação a Distância. Tem experiência na área de Gestão/ Administrativa Educacional, com ênfase em Educação.					
Secretaria do Curso					
Servidor responsável pela Secretaria	André Ribeiro Viana				
Horário/Dia de Funcionamento da Secretaria	Funcionamento de 2ª a 6ª feira: 8h às 22h.				

¹ UA – Unidade Administrativa: *Campus*, Centro de Referência; Polo de Inovação; Reitoria.

3 HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O IFSULDEMINAS foi constituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior, e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional.

A instituição se organiza como autarquia educacional *multicampi*, com proposta orçamentária anual para cada *Campus* e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada. Possui autonomia administrativa e pedagógica.

Suas unidades físicas se distribuem no Sul de Minas Gerais da seguinte forma:

- *Campus* de Inconfidentes;
- *Campus* de Machado;
- *Campus* de Muzambinho;
- *Campus* de Passos;
- *Campus* de Poços de Caldas;
- *Campus* de Pouso Alegre;
- *Campus* avançado de Carmo de Minas;
- *Campus* avançado de Três Corações;
- Reitoria em Pouso Alegre.

A estrutura *multicampi* começou a constituir-se em 2008, quando a Lei 11.892/2008 transformou as escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho em *Campus* Inconfidentes, *Campus* Machado e *Campus* Muzambinho do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria fica, desde então, em Pouso Alegre.

Em 2009, esses três campi iniciais lançaram polos de rede em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, os quais se converteram nos *Campus* Passos, *Campus* Poços de Caldas e *Campus* Pouso Alegre.

Em 2013, foram criados os *campi* avançados de Carmo de Minas e de Três Corações. Ambos derivaram de polos de rede estabelecidos na região do Circuito das Águas mineiro, que foram protocolados no Ministério da Educação, em 2011, como região prioritária da expansão.

Compete aos *campi* prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem. A competência estruturante da Reitoria influencia a prestação educacional concreta no dia a dia dos *campi*.

A Reitoria comporta cinco pró-reitorias:

- Pró-Reitoria de Ensino;
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Pró-Reitoria de Extensão;
- Pró-Reitoria de Planejamento e Administração;
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

As pró-reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas. A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a comunidade.

As outras duas pró-reitorias – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – concentram as competências de execução orçamentária, infraestrutura e monitoramento de desempenho.

3.1 Caracterização Institucional do IFSULDEMINAS

Em 2008, o Governo Federal ampliou o acesso à educação do país com a criação dos Institutos Federais. Através da Rede Federal de Educação profissional e tecnológica, 31 (trinta e um) Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 75 (setenta e cinco) Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs), 39 (trinta e nove) Escolas Agrotécnicas, 7 (sete) Escolas Técnicas Federais e 8 (oito) escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em todo o Brasil os Institutos Federais apresentam um modelo pedagógico e administrativo inovador. São 562 (quinhentos e sessenta e dois) *campi* distribuídos pelo país com aproximadamente um milhão de matrículas em cursos superiores e técnicos. O Ministério da Educação (MEC) investiu mais de R\$ 3,3 bilhões, entre os anos de 2011 e 2014, na expansão da educação profissional.

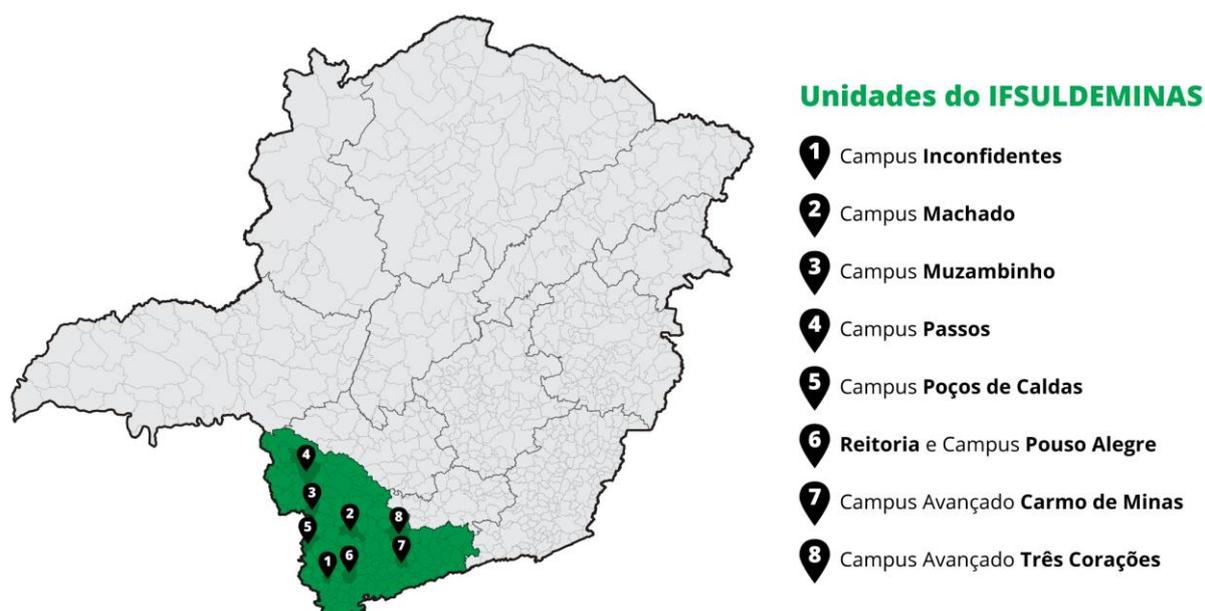
No Sul de Minas Gerais, as Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, tradicionalmente reconhecidas pela qualidade na oferta de ensino médio e técnico, foram unificadas. Originou-se, assim, o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Atualmente, além dos *campi* de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, os *campi* de Pouso Alegre, Poços de Caldas, Passos e os Campi Avançados Três Corações e Carmo de Minas compõem o IFSULDEMINAS, que possuem Centros de Referência e Polos de Rede nos municípios da região.

O IFSULDEMINAS foi constituído, então, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional,

técnica de nível médio e superior, e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional. Articulando a tríade: Ensino, Pesquisa e Extensão, o IFSULDEMINAS trabalha em função das necessidades regionais, capacitando profissionais, prestando serviços, desenvolvendo pesquisas aplicadas que atendam as demandas da economia local, além de projetos de extensão que colaboram para a qualidade de vida da população.

A missão do IFSULDEMINAS² é promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais.

Figura 1 - Estrutura do IFSULDEMINAS.



Fonte: IFSULDEMINAS (<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/o-instituto>).

3.2 Caracterização Institucional do *Campus Avançado Carmo de Minas*

O IFSULDEMINAS, até 2010, possuía seus campi situados à margem esquerda da Rodovia Fernão Dias (BR-381). Essa situação era uma preocupação da Reitoria, pois a missão do IFSULDEMINAS deixa claro que a atuação é no sul de Minas Gerais. Sendo assim, uma microrregião importante, social e economicamente, não estava sendo atendida, conforme demonstra o mapa a seguir, Figura 2.

² A Reitoria, sediada em Pouso Alegre, interliga toda a estrutura administrativa e educacional dos *campi*. Ressalta-se ainda que sua estratégica localização permite fácil acesso aos campi e unidades do IFSULDEMINAS, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 2 - Mapa da Microrregião do sul de Minas Gerais.



Fonte: Adaptado de Google Maps, 2018.

Em face da necessidade de crescimento, bem como para o atendimento às outras regiões do Sul de Minas Gerais, em 2010 foi criado o Polo de Rede Circuito das Águas em São Lourenço e Itanhandu. Essas unidades eram vinculadas aos *campi* Machado e Inconfidentes, respectivamente.

A Figura 3 apresenta os municípios que integram o Circuito das Águas/MG. Em 2012, o projeto foi estendido para Cambuquira, Caxambu e Três Corações, vinculando-se ao *Campus* de Pouso Alegre e Reitoria, passando a ser denominado Núcleo Avançado.

Figura 3 - Municípios pertencentes à região do Circuito das Águas.



Fonte: Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (2015).

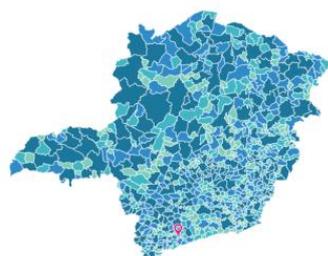
A expansão do Instituto Federal do sul de Minas Gerais é uma forma de poder contribuir para o crescimento e desenvolvimento da região do Circuito das Águas e seus arredores. Visando a essa contribuição, o IFSULDEMINAS implantou dois novos *campi* avançados em Três Corações e Carmo de Minas. Atualmente, o *Campus* Avançado Carmo de Minas está vinculado

administrativamente à Reitoria, em Pouso Alegre, sendo oferecidos cursos técnicos subsequentes e integrado ao Ensino médio.

Para efetivação da instalação do *Campus* Avançado Carmo de Minas promoveu-se um estudo da região e seu entorno, constatando que a implantação da unidade seria relevante e significativa para a população e economia da microrregião, tanto pela demanda por profissionais qualificados, quanto pela representatividade e importância histórica do Circuito das Águas, efetivando-se como uma localização estratégica para as políticas de expansão do IFSULDEMINAS.

No último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), algumas informações importantes justificaram a escolha do município como um local importante para receber um *Campus* do IFSULDEMINAS. A população do município era de 13.750 pessoas. A população estimada de Carmo de Minas em 2017 do município era de 14.822 pessoas. Contudo, as matrículas tanto da rede municipal quanto estadual tiveram um decréscimo ao longo dos anos. Com a instalação do *Campus*, pressupõe-se uma forma de recuperação desses números, possibilitando um aumento das matrículas e consequente melhoria do cenário educacional da cidade. Destaca-se o salário mensal dos trabalhadores formais de 1,9 salário-mínimo, o que também pode sofrer uma melhoria com o aprimoramento profissional dos munícipes. Espera-se também um aumento do Produto Interno Bruto - PIB *per capita* do município com os investimentos públicos e privados que foram e serão feitos pelo IFSULDEMINAS e iniciativa privada do município. A Figura 4, a seguir, demonstra o quantitativo populacional, o PIB per capita, assim como o número de matrículas contabilizadas.

Figura 4 - População e matrículas do município de Carmo de Minas.



Informações por Cidades e Estados - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	
Carmo de Minas	
Prefeito	DARCI PALMA DE MELO [2021]
Gentílico	carmoense
Área Territorial	322,285 km ² [2020]
População estimada	15.031 pessoas [2021]
Densidade demográfica	42,66 hab/km ² [2010]
Escolarização 6 a 14 anos	98 % [2010]
IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal	0,682 [2010]
Mortalidade infantil	7,35 óbitos por mil nascidos vivos [2019]
Receitas realizadas	35.041,37 R\$ (×1000) [2017]
Despesas empenhadas	31.184,27 R\$ (×1000) [2017]
PIB per capita	13.297,23 R\$ [2018]

Fonte: Adaptado de IBGE Cidades, 2021.

Destaca-se ainda que a microrregião em torno de Carmo de Minas, considerando-se um raio de 50 km, engloba um total de 10 municípios, com uma população estimada de 136.088 habitantes.

Figura 5 - População estimada por município em um raio de 50 Km de Carmo de Minas.



Nome da Cidade	População (estimada em 2017)
Carmo de Minas	14.822
Cristina	10.482
Olímpio Noronha	2.763
Jesuânia	4.898
Lambari	20.870
Dom Viçoso	3.072
São Lourenço	45.457
Soledade de Minas	6.131
Caxambu	22.208
Pouso Alto	6.185
Total Habitantes	136.888

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2021.

Considerando-se um raio de 80 km, a população praticamente triplica. Destaca-se que, por ser uma região heterogênea, a economia é diferenciada entre as cidades, contemplando setores como turismo, agropecuária, comércio e indústria. Essa pluralidade tornou o Circuito das Águas e seu entorno propícios a receber um *Campus* do IFSULDEMINAS, que preza pela inovação ao articular ensino, pesquisa e extensão na contribuição para o desenvolvimento sustentável da região onde está inserido.

O *Campus* Avançado Carmo de Minas passou a existir em 13 de dezembro de 2013, com o anúncio de sua instalação em entrevista coletiva à imprensa, realizada em Três Corações. Foi criado, oficialmente, em junho de 2014 pela Portaria nº 505 de 10/06/2014. O projeto previa a instalação do *Campus* em um antigo prédio da União, onde funcionou, na década de 1970, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). O imóvel compreende um terreno cuja área está em torno de 10,5 hectares. Com o apoio e parceria da Prefeitura Municipal de Carmo de Minas, uma ala da construção com oito salas de aula e o bloco administrativo foram reformados.

A oferta de cursos foi iniciada em março de 2014. O primeiro processo seletivo, ocorrido em 26 de janeiro de 2014, foi para o curso Técnico em Informática na modalidade subsequente, considerando-o como um curso base, já que a informática é utilizada em todas as áreas de conhecimento. As aulas iniciaram-se em 17 de fevereiro do mesmo ano, na Sede do Departamento Municipal de Educação de Carmo de Minas, com a constituição de uma turma de 30 discentes. Ressalta-se o apoio irrestrito da Prefeitura Municipal na cessão de espaço físico e auxílio, tanto na Secretaria Municipal de Educação quanto na Escola Municipal Coronel Cornélio Dias de Castro, para realização das atividades administrativas e educacionais até dezembro de 2015, quando ocorreu a mudança para a sede oficial do *Campus*.

No segundo semestre de 2014, iniciou-se o curso Técnico em Administração subsequente.

Esse curso atendeu uma demanda reprimida e necessária para atendimento de todas as cidades que o *Campus Avançado Carmo de Minas* atende. É perceptível, pelo aumento constante dos números dos vestibulares e do sucesso de inserção dos egressos no mercado, a importância do curso para Carmo de Minas e região.

No primeiro semestre de 2015, iniciou-se o curso Técnico em Alimentos subsequente. O curso Técnico em Alimentos veio para suprir uma demanda das diversas empresas de alimentos da região, empresas essas dos setores comercial e industrial.

No primeiro semestre de 2016, iniciou-se o curso Técnico em Informática integrado ao ensino médio (substituiu o curso Técnico em Informática subsequente). Essa nova modalidade veio suprir uma lacuna existente no Circuito das Águas. O curso revolucionou o ensino na região, tendo uma procura muito grande no vestibular. O curso Técnico em Informática integrado ao ensino médio trouxe uma nova forma de oferta do processo de ensino-aprendizagem, proporcionando o ensino público, gratuito e de qualidade aos alunos de Carmo de Minas e região.

Quadro 1 - Ofertas fomentadas pelos programas PRONATEC e MEDIOTE C.

PRONATEC			
Pronatec – Cursos TÉCNICOS			
Período da Oferta	Centros de Referência ou Unidade Remoto	Cursos Ofertados	Número de Alunos Certificados
2014 a 2017	Andrelândia, Cruzília, Itanhandu, Itajubá, Cristina, Dom Viçoso, Olímpio Noronha, Soledade de Minas, São Sebastião do Rio Verde	Técnico em Segurança do Trabalho Subsequente; Técnico em Meio Ambiente Subsequente; Técnico em Enfermagem; Técnico em Informática Subsequente e Concomitante (5 cursos).	294
Pronatec – Cursos FICs			
Período da Oferta	Centros de Referência ou Unidade Remoto	NÚMERO de Cursos Ofertados	Número de Alunos Certificados
2014 a 2016	São Lourenço; Caxambu; Conceição do Rio Verde; Virgínia; Soledade de Minas; Olímpio Noronha; Itanhandu; Baependi; Cristina; Pedralva; Itajubá	20 Cursos	562
PS: O Campus Avançado Carmo de Minas ofertou cursos pelo PRONATEC em 15 cidades			
MEDIOTE C			
Período da Oferta	POLOS	Cursos Ofertados	Número de Alunos Certificados
2017 a 2018	ALFENAS; CAMBUÍ; CAMPOS GERAIS; CONSELHEIRO LAFAIETE; ILICINEA; LIMA DUARTE; MONTE SIÃO; PARÁ DE MINAS; PEDRO LEOPOLDO; SABARÁ; SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE	Técnico em Administração Subsequente e Concomitante	548

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 2 - Ofertas Institucionais.

INSTITUCIONAIS		
Cursos FICs ofertados de maneira INSTITUCIONAL (ou seja, SEM fomento externo), a partir de junho de 2014		
Número de Cursos	Quantidade de Vagas	Número de alunos certificados
30	4106	2318
PS: Dos cursos ofertados, nove foram desenvolvidos na modalidade de Educação a Distância, o que corresponde a 1.927 vagas 1.386 formandos em EAD.		

Cursos TÉCNICOS ofertados de maneira INSTITUCIONAL (ou seja, SEM fomento externo), a partir de junho de 2014		
Número de TURMAS Ofertadas	Quantidade de Vagas	Número de alunos certificados
60 turmas	2480	1204
Observações: 01) Das turmas ofertadas, nove foram desenvolvidas na modalidade de Educação a Distância, o que corresponde a 1.489 vagas e 789 formandos em EAD. 02) O Campus já ofertou cursos Técnicos a Distância (sem fomento externo) em 14 cidades: Cruzília, Cambuí, Carmo de Minas, Itanhandu, Lambari, Pouso Alegre, Três Corações, Andrelândia, Varginha, Campos Gerais, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Ilícinea, Monte Sião. 03) Na modalidade a distância, o Campus ofertou os cursos Técnico em Secretaria Escolar Subsequente, Técnico em Administração Subsequente e Concomitante.		

Curso SUPERIOR ofertado de maneira INSTITUCIONAL (ou seja, SEM fomento externo)		
Número de TURMAS Ofertadas	Quantidade de Vagas	Número de alunos certificados
01 TURMA – Bacharel em Administração	70	Curso em andamento

TRÊS CONSIDERAÇÕES FINAIS		
1) Além de Carmo de Minas, o Campus ofertou cursos em 30 cidades		
2) No total, o Campus certificou 2.046 alunos em cursos TÉCNICOS		
3) No total, o Campus certificou 2.880 alunos em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados apresentados nos Quadros 1 e 2 refletem o sucesso do *Campus* na aplicação do processo ensino-aprendizagem, fruto de um trabalho conjunto de todos os servidores do *Campus*, direção-geral e reitoria. As informações apresentadas contemplam o trabalho realizado em parceria a programas como PRONATEC, MEDIOTECH e, também institucionais. Viabilizam uma visão geral do trabalho nas modalidades FIC, técnico integrado ao ensino médio, técnico concomitante, técnico subsequente e Superior.

4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

4.1 Apresentação e contextualização institucional

O objeto desta proposta é a nova oferta do Curso de Especialização em Docência para a Educação profissional e tecnológica, para a qual a Secretaria de Educação profissional e tecnológica, do Ministério da Educação Setec/MEC, por meio da parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes/UAB, no âmbito do Edital nº 9/2022, está implementando o presente projeto como um dos objetos, doravante denominado DocentEPT, voltado para a formação de profissionais da educação, com vistas às ofertas de Educação profissional nas redes públicas de educação.

4.2 Breve histórico da oferta do curso

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, em 01 de março de 2018, publicou a chamada pública para articulação de cursos superiores na modalidade EaD, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. A Secretaria de Educação profissional e tecnológica - Setec/MEC, com o objetivo de atender ao artigo 206 da Constituição Federal, em seus incisos V e VII, aos artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), e as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que tratam das diretrizes para os profissionais da educação básica, buscou parceria com a Capes/UAB para que, em regime de colaboração com a Rede Federal de Educação profissional, Científica e tecnológica, pudesse elaborar cursos produzidos sob demanda da Setec/MEC, em áreas estratégicas, com propostas de projetos pedagógicos de cursos (PPCs) unificados e materiais didáticos nacionais, produzidos para compartilhamento junto às instituições Públicas de Ensino superior (IPES) que aderissem à oferta dos cursos fomentados nacionalmente.

O Edital Capes nº 05 de 2018 estabeleceu normas para seleção de propostas de instituições públicas de ensino superior, integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do Programa UAB. O objetivo do edital foi selecionar propostas das Instituições Públicas de Ensino superior (IPES), integrantes do Programa UAB, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com vagas prioritárias para cursos na área de Formação de Professores, em atendimento à Política Nacional de Formação de Professores, conforme Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. De acordo com as regras do edital, as IPES poderiam ofertar cursos convencionais ou nacionais e, neste caso,

assumiriam a irrestrita concordância com os temas do Projeto Pedagógico Nacional e com o material didático produzido, comprometendo-se a ofertá-los de forma integral, acatando o público-alvo a ser atendido.

Nesse contexto, a Setec/MEC apresentou duas propostas para realização de cursos nacionais, sendo uma delas, a oferta de um curso em nível de especialização (Lato Sensu), voltado para a formação em docência para professores da educação profissional e tecnológica, visando atender à Meta 15 do PNE e a Resolução CNE/CP nº 01/2021, que asseguram aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por meio de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico.

Segunda a Nota Técnica nº 102/2018/CGFS/DIR/SETEC/SETEC, a proposta de oferta em âmbito nacional do Curso de Especialização em Docência para a Educação profissional e tecnológica vinha ao encontro da efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação profissional, já projetadas desde o ano de 2003, visto que tinham como meta atender a crescente demanda surgida a partir da expansão do ensino técnico-profissional no país, bem como contribuir para o fortalecimento de ações voltadas à formação de professores da educação profissional. Para atendimento a essa expansão, várias ações foram realizadas no sentido de contemplar a formação de professores.

Dentre essas ações, destacam-se as ofertas de cursos de licenciaturas para os professores com formação técnica, portadores de título de Bacharel e Tecnólogo. Ainda assim, era preciso proporcionar cursos de Especialização, em nível de especialização a esses professores, com vistas à expansão de conhecimentos pedagógicos sobre a docência, tornando-os especialistas na área.

Além disso, as exigências por um novo perfil de formação profissional demandavam um currículo que integrasse tecnologia, ciência e formação humana. Em decorrência disso, novas concepções deveriam integrar as propostas de cursos voltadas à formação docente, especialmente as que abordassem o trabalho como princípio educativo central no processo de formação docente, de modo que contribuísse para a compreensão do professor sobre a importância da intervenção humana no mundo físico e social, assim como nas contradições que também sustentam este universo

Com base nesses pressupostos, o Curso de Especialização em Docência para a Educação profissional e tecnológica (EPT) contribuiria para o desenvolvimento profissional do professor da educação profissional. Ademais, essa proposta deveria desenvolver um processo formativo que considerasse não apenas a exigência legal de formação pedagógica para os professores sem licenciatura, conforme é apontado no Art. 37 da Resolução CNE/CP nº 1/2021, mas que contribuísse, também, para a atualização acerca das demandas direcionadas para a Educação

profissional na contemporaneidade.

Para tanto, fez-se necessária uma atualização do debate pedagógico envolvendo a produção do conhecimento acerca da EPT, assegurada pela contextualização, reflexão e práticas pedagógicas sobre a docência nessa modalidade de ensino, no qual estarão presentes, também, ações que fortaleçam o elo entre ensino-pesquisa-extensão, no âmbito da integração entre ciências, tecnologias e cultura, tomando como referências as diversas configurações de cada realidade institucional.

A proposta do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deveria ser encaminhada à Capes/UAB até 31 de julho de 2018, para que fosse inserida no Sistema Integrado da Capes (Sicapes), o qual é utilizado para a submissão de propostas pelas instituições interessadas pelas ofertas relativas ao Edital Capes nº 05/2018.

A adesão pelas instituições públicas de ensino superior foi realizada na 2ª fase de proposição do referido Edital. As instituições que se propuserem ofertar esses cursos, enquanto demanda nacional, deveriam assumir irrestrita concordância com os temas do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), comprometendo-se a ofertá-lo de forma integral, acatando, nos casos informados, o público-alvo a ser atendido. Para tanto, seria necessário solicitar à Capes/UAB um prazo mínimo de dois (02) meses para que as instituições aprovassem os PPCs em seus respectivos Órgãos Colegiados ou Conselhos Superiores.

Conforme o exposto e considerando o curto prazo para a criação do PPC do DocentEPT, bem como a consequente submissão à Capes/UAB, instituiu-se, por meio da Portaria nº 26, de 16/06/2018, Grupo de Trabalho pela Setec/MEC com representantes das Redes de Educação profissional e tecnológica que possuíam experiência tanto com a realidade docente na EPT, especialmente no que tange à modalidade a distância, quanto na criação de PPCs, com vistas a facilitar e agilizar a consecução da proposta. Esse Grupo de Trabalho teve como principais objetivos: a) realizar diagnósticos dos projetos de cursos existentes nas instituições; b) elaborar proposta de oferta nacional de Curso, na modalidade a distância, contemplando requisitos do desenho institucional e pedagógico do Curso; e c) conduzir a validação da proposta junto a profissionais da área do Curso.

Nesse contexto, propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram apresentadas por diferentes instituições tanto à Setec (Secretaria de Educação profissional e tecnológica) quanto ao Grupo de Trabalho instituído. No entanto, foi a proposta de Projeto Pedagógico de Curso apresentado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que obteve a validação pelo Grupo de Trabalho e pela Setec/MEC, constituindo-se no Curso de Pós-Graduação o (Lato Sensu) em Docência para a EPT, em nível de especialização, sendo ofertado em nível nacional. Para além do PPC, o IFES assumiu, em parceria

com a Setec/MEC, a responsabilidade de desenvolver e elaborar os materiais didáticos-pedagógicos do referido Curso.

Assim, o PPC foi disponibilizado para a Capes/UAB e, no âmbito de uma nova repactuação estabelecida a partir de 2020, 11 (onze) instituições que integram a Rede Federal de Educação profissional, Científica e tecnológica e a UAB aderiram à proposta em que a Capes/UAB disponibilizou 4.002 (quatro mil e duas) vagas, sendo matriculados 3.868 cursistas, em 74 polos de apoio presencial, sendo elas: IFG, IFPE, IFNMG, IFPB, IFAP, IFSP, IFRO, IFPI, IFMT, IFAM e IFRR.

O Curso de Especialização em Docência para a EPT, mais conhecido como DocentEPT, teve, em sua primeira edição, duas ofertas, sendo uma realizada pela Capes/UAB e uma outra pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). As duas ofertas utilizaram o mesmo PPC e os mesmos materiais pedagógicos produzidos no âmbito do projeto, embora as duas ofertas apresentem estratégias diferentes de implementação, conforme descrição nos parágrafos que se seguem.

O IFES ofertou o Curso DocentEPT, em âmbito nacional, para 26 estados e o Distrito Federal, por meio de Termo de Execução Descentralizado (TED), com apoio financeiro da Setec/MEC, sendo ele a única instituição certificadora para a oferta em todo o território nacional. Para isso, o IFES definiu uma estrutura organizacional com perfis e equipes específicos, selecionados em todos os estados por meio de editais locais, sob a Coordenação-Geral do projeto dessa instituição.

A oferta do DocentEPT, no âmbito da Capes/UAB, segue a legislação em vigor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as instituições participantes da oferta devem integrar a UAB e a Rede Federal de Educação profissional, Científica e tecnológica. Cada instituição ofertante é certificadora do Curso de Pós-Graduação em Docência para a EPT. Para isso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB e as equipes são constituídas de acordo com a Portaria nº 110/2019, que regulamentou a Portaria nº 183/2016; a Instrução Normativa nº 2/2017, dentre outras.

Com o novo Edital nº 9/2022, a Capes/UAB institucionaliza, em parceria com a Setec/MEC, a oferta do Curso de Especialização em Docência para a EPT para mais 6.120 vagas, distribuídas em 25 instituições que integram o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Para a sua consecução, a Setec/MEC realizou, por meio dos Ofícios-Circulares nº 93, nº 94, nº 110 e nº 153/2021, levantamento de demanda para a oferta do DocentEPT no ano de 2022, consultando, além das instituições que integram a Rede Federal de Educação profissional, Científica e tecnológica, as Secretarias Estaduais de Educação e instituições vinculadas que ofertam a EPT. O resultado apresentado, por essas instituições, à consulta de demanda encaminhada, subsidiou a

Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, a organizar uma nova oferta para o ano de 2022, com previsão de início em agosto de 2022, conforme Anexo I.

O Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Docência para a EPT, aqui apresentado, tem a intenção de subsidiar as instituições que integram a Rede Federal de Educação profissional, Científica e tecnológica e a UAB/Capes na elaboração de seus projetos, já que deverão ser tramitados nas respectivas instâncias dessas instituições, para aprovação e implementação subsequente, de acordo com o que prevê o Edital Capes nº 9/2022.

Importante destacar que a oferta do Curso de Especialização em Docência para a EPT vem ao encontro da Política Nacional de Formação de Professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CP nº 1/2021, que assegura aos professores graduados, não licenciados, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação *Lato sensu* de caráter pedagógico.

4.3 Breve histórico da EaD no *Campus* Avançado Carmo de Minas

Como informado no Quadro 1, apresentado no capítulo 3, os números da Educação a Distância do *Campus* Avançado Carmo de Minas também são expressivos. Através do programa Mediotec foram matriculados 707 alunos, que cursaram o técnico profissionalizante concomitante ao ensino médio; e através do curso subsequente ao ensino médio, 309 alunos foram matriculados. Completando a informação, destaca-se que através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino técnico e Emprego (Pronatec) formaram-se mais de 500 alunos via Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), além dos 285 alunos dos cursos técnicos regulares que conseguiram sua formação pelo *Campus* Avançado Carmo de Minas pelo Pronatec.

As ações do *Campus* Avançado Carmo de Minas estendem-se também à oferta de educação profissional por meio do Curso Técnico em Secretaria Escolar/PROFUNCIONÁRIO, com 408 matrículas iniciais; dos cursos da educação profissional como Pronatec e Cursos FIC nos municípios da região de abrangência do *Campus*, como por exemplo Lambari, Itanhandu, Cruzília, Pouso Alegre e diversas outras cidades, inclusive de outras regiões do Estado de Minas Gerais, como Alfenas, Cambuí, Campos Gerais, Conselheiro Lafaiete, Ilicínea, Lima Duarte, Pará de Minas, Pedro Leopoldo, Sabará, São Sebastião do Rio Verde, dentre outros. Tais dados demonstram a abrangência e importância do *Campus* Avançado Carmo de Minas.

A partir de 2019, em parceria com a reitoria do IFSULDEMINAS, foi implantado institucionalmente a EaD por intermédio do programa PROEAD. O *Campus* até a presente data já

formou, aproximadamente, 580 alunos estendendo a oferta educacional para os municípios: Andrelândia, Cambuí, Campos Gerais, Cruzília, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Ilicínea, Itanhandu, Monte Sião e Três Pontas.

Em 2021 conta com 890 alunos matriculados nos cursos Técnico em Administração concomitante e subsequente distribuídos entre os polos parceiros.

4.4 Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

4.4.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a educação profissional é a formação para o trabalho. O trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação, em cultura e garantem a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *homo sapiens* (definição da Biologia) é, também, um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reproduzível sobre seu ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a essa definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O *homo technicus* transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite. Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do

termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica.

Dito isso, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foi empregada para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem técnicas, também, seja porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo o caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas. Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação profissional e tecnológica (EPT) sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EPT é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional, que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

4.4.2 Dimensão epistemológica da educação profissional e tecnológica

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne + logos*) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” chapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar *do e no* fazer. Teóricos do ensino da EPT falam em “conceituação na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como *adjetiva* do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9)), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um

desenvolvimento próprio, e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e simintensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-nas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, neste texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da educação profissional para a sociedade e o indivíduo. Mas entendemos tal

abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isso. Depois das teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

4.4.3 Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação profissional e tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN *et al.*, 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações em que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começemos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do cursode eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava

“feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin *et al.* (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revela, ainda, um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional, típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao *ethos* da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, nas quais o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como lembra Barato (2015, p. 26), os

aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação profissional e tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação profissional e tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

4.4.4 Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a conseqüente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação profissional e tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EPT.

4.4.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação profissional e tecnológica deve considerar esses

pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Consequentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Também incorre-se na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

4.4.6 Princípios Educacionais

Este Projeto Pedagógico considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

- O trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana.
- Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação profissional.
- Pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.
- Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional.

- A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.
- A técnica como propriedade *adjetiva* humana de intervenção no mundo para a produção da existência.
- A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações.
- A formação como inserção de atores em comunidades de prática.
- A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana.
- Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando à formação profissional e a transformação social.
- Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação profissional e tecnológica.
- Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EPT.
- Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular.
- Interprofissionalidade como componente da formação profissional.
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir.
- Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante.
- Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação profissional e tecnológica.

4.4.7 Viabilidade técnica

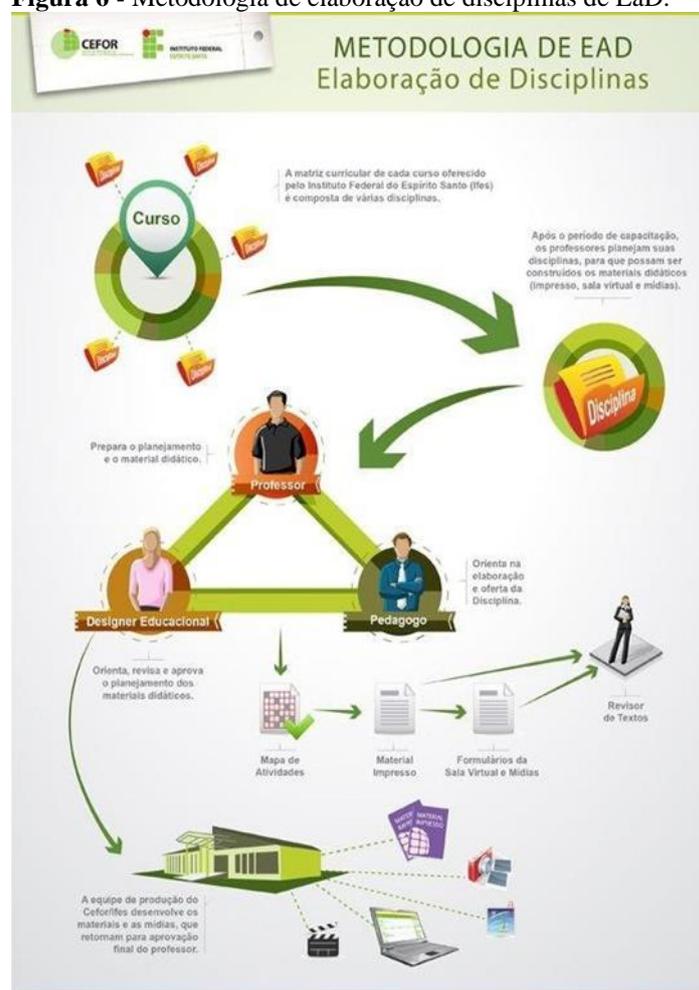
Além da oferta própria de cursos, o *Campus* Avançado Carmo de Minas conta com o apoio da Diretoria de Educação a Distância do IFSULDEMINAS que engloba desde formações iniciais e continuadas até a pós-graduação. Neste sentido, o IFSULDEMINAS presta uma variedade de serviços que vão desde a consultoria para ofertas de cursos em EaD, uso de tecnologias educacionais na modalidade presencial até a estrutura de tecnologia da informação para interação de alunos, professores e equipes de curso com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

O Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor/IFES), além de abarcar a oferta própria de cursos, é responsável pelo desenvolvimento dos materiais pedagógicos do Curso de Especialização em Docência para a EPT, atuando no apoio à EaD de todo o Instituto Federal do Espírito Santo, englobando desde formações iniciais e continuadas até a pós-graduação,

bem como na oferta do mesmo Curso para as instituições que integram a Rede Federal de Educação profissional e tecnológica e o Programa UAB/Capes. Nesse sentido, o Cefor presta uma variedade de serviços que vão desde a consultoria para ofertas de cursos em EaD e o uso de tecnologias educacionais na modalidade presencial até a estrutura de tecnologia da informação para interação de alunos, professores e equipes de curso com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

O Cefor/IFES desenvolveu uma metodologia específica para elaboração dos materiais pedagógicos de curso para essa modalidade de oferta, em âmbito nacional, com o objetivo de garantir que as disciplinas tenham a qualidade necessária para um curso EaD. A Figura 6 apresenta um infográfico representativo da metodologia de elaboração das disciplinas dos cursos ofertados pelo IFES .

Figura 6 - Metodologia de elaboração de disciplinas de EaD.



Fonte: Cefor (2019).

De acordo com o infográfico representado na Figura 6, os materiais pedagógicos do Curso foram elaborados por uma equipe multidisciplinar constituída por vários atores, em especial o professor formador, o designer educacional e o apoio pedagógico. O planejamento dos cursos é feito de forma integrada entre a equipe, que inclui ainda profissionais especialistas em design gráfico, produção de vídeo e outras mídias. Além disso, todos os materiais desenvolvidos passam

por revisão de texto e, quando necessário, são inseridas ações para garantir a acessibilidade de acordo com o perfil dos alunos com deficiência, podendo envolver a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e/ou audiodescritores, bem como um planejamento adequado que contemple acessibilidade cognitiva para todos os alunos, em especial alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtornos específicos de aprendizagem.

O Curso de Especialização em Docência para a EPT, que teve os materiais pedagógicos desenvolvidos pelo Cefor/IFES, tem a carga horária total de 480 horas, sendo o público-alvo constituído de portadores de diploma de graduação, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica.

A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O curso é composto por nove disciplinas obrigatórias, sendo uma delas o Trabalho Final de Curso (TFC). As disciplinas são realizadas a distância, com previsão de atividades síncronas (online) ou presenciais, previstas para acontecer aos sábados, no período matutino, conforme calendário acadêmico da instituição ofertante. De acordo com o cronograma de atividades do curso, as quatro atividades presenciais acontecerão ao longo do ano letivo, a depender das orientações da instituição ofertante. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas sobre a EPT, em períodos alterados entre o início e o fim dos módulos

Durante o curso, os estudantes serão orientados a desenvolver o Trabalho Final do Curso (TFC), que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, ou seja, no planejamento, na implementação e na avaliação de um processo educativo para a Educação profissional e tecnológica, a ser desenvolvido individualmente pelos estudantes. A orientação do TFC será realizada por um professor-formador/orientador, que acompanhará e mediará a elaboração do trabalho final. A apresentação do TFC se dará por meio de uma banca de avaliação, constituída por membros internos e externos, e com a participação de colegas de turma/polo. Serão convidados a compor as bancas membros internos do curso, bem como profissionais externos que atuam na EPT.

As apresentações das defesas dos TFC serão avaliadas mediante atribuição de nota, entre zero e cem pontos, sendo aprovado o estudante que obtiver a nota final mínima de 60 pontos.

4.5 Justificativa

4.5.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) determina que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim,

a Educação profissional, enquanto oferta associada à educação básica, considerando especialmente o ensino técnico, inclui-se nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico contidas no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam que, para a formação desse profissional:

[...] quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático- pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

4.5.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação profissional e tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento dessa modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação profissional e tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem esquecer a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos serviços nacionais de aprendizagem, das redes estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação profissional reside na possibilidade

aberta pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no quinto itinerário do ensino médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo ensino médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da EPT.

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo Brasil, uma vez que um trabalhador melhor qualificado, aumenta o rendimento de seu trabalho, reduz desperdícios e otimiza recursos. Também uma formação qualificada auxilia na ampliação das ações empreendedoras, agrega valor a produtos e serviços, mais bem elaborados, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

É fato que os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao ensino superior, haja vista haver um milhão de matrículas no ensino técnico, contra 8 milhões de matrículas no ensino superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do ensino superior, como a educação técnica de nível médio e a qualificação profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a educação profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da educação profissional e tecnológica e deverá aumentar, ainda mais, com o novo ensino médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela educação profissional e tecnológica, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e, especialmente, sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação profissional e tecnológica, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a

produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da educação básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na educação profissional e tecnológica no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos. Assim, docentes da educação profissional e tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na educação profissional e tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a educação profissional e tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

5 OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Especialização *Lato sensu* em Docência para a Educação profissional e tecnológica é financiado pelo Ministério da Educação (MEC), com gerenciamento da Secretaria de Educação profissional e tecnológica (SETEC), e objetiva capacitar graduados, bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica, especialmente nos Cursos Técnicos de Nível Médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a EPT como campo de estudos; e promover a Educação a Distância como estratégia educativa, especialmente na Educação profissional e tecnológica.

5.1 Objetivo Geral

O Curso de Especialização *Lato sensu* em Docência para a Educação profissional e tecnológica é financiado pelo Ministério da Educação, com gerenciamento da Secretaria de Educação profissional e tecnológica (SETEC), e objetiva capacitar, especialmente nos cursos técnicos de nível médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a EPT como campo de estudos; e promover a Educação a Distância como estratégia educativa, especialmente na Educação profissional e tecnológica.

5.2 Objetivos Específicos

- Capacitar professores para as ofertas da educação profissional e tecnológica, especialmente para os cursos técnicos de nível médio.
- Estimular a produção e a difusão de conhecimentos sobre a educação profissional e tecnológica como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos.
- Exercitar a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à educação profissional e tecnológica.

5.3 Público-alvo

O público-alvo é constituído por graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica.

6 REGIME ACADÊMICO DE OFERTA

O curso de especialização em docência para a educação profissional e tecnológica DocentEPT é oferecido na modalidade a distância, em regime modular.

6.1 Do Ingresso e Matrícula

Conforme Resolução CONSUP nº 109/2021, a seleção de candidatos ao ingresso no início do ciclo de matrícula, se fará, exclusivamente, por processo seletivo publicado em edital. Poderão se candidatar aos cursos os diplomados em curso de graduação, reconhecidos pelo MEC e que atendam às exigências contidas nos editais.

Serão reservadas 20% das vagas nos processos seletivos, por edital, para o grupo de candidatos pretos, pardos, indígenas ou com deficiência. Para se habilitar para as referidas vagas, os candidatos deverão atender aos critérios mínimos para ingresso nos cursos e, posteriormente, comprovar sua condição no momento da matrícula, de acordo com cada edital e em conformidade à Resolução do CONSUP do IFSULDEMINAS nº 20, de 27 de agosto de 2020, que trata dos procedimentos de heteroidentificação complementar no caso de candidatos autodeclarados pretos e pardos.

Faculta-se ao *Campus* definir percentual de vagas destinado a outro público específico, por meio de critério próprio, sendo que este percentual deverá ser deduzido das demais vagas, sem prejuízo daquelas definidas no parágrafo anterior.

Caso não haja candidatos para os 20% das vagas reservadas, elas serão convertidas aos demais candidatos não cotistas.

6.1.1 O processo seletivo

Conforme Resolução CONSUP nº 109/2021, o processo de seleção será desenvolvido por Comissão de Seleção, formada por professores do Colegiado do Curso ou Comissão definida para tal, de acordo com os procedimentos, etapas e critérios definidos em edital, respeitado o disposto em legislação institucional.

Dada a especificidade do ingresso nos cursos de Pós-graduação Lato sensu, as ações de ingresso não serão de responsabilidade da COPESE dos *campi*, cabendo ao Colegiado o desenvolvimento das ações, a definição de parâmetros para ingresso e a análise documental que se fizer necessária.

A organização do processo seletivo e o respectivo cronograma serão definidos pela

Coordenadoria de Processos Seletivos (CPS) da Reitoria juntamente com a Comissão de Seleção.

Caberá à CPS da Reitoria apenas o apoio na execução do processo no que tange ao sistema para inscrição e seleção, caso o *Campus* opte pela utilização do Sistema IFVEST, utilizado pela CPS.

É possível a utilização do sistema de inscrições - IFVEST - apenas nas modalidades de seleção já disponíveis no sistema, sendo impossível a criação de novas modalidades a cada processo, dada a demanda de programação para tal. A critério do *Campus*, é possível utilização do IFVEST apenas para o processo de inscrição do candidato, ficando sob responsabilidade da Comissão as demais ações do processo.

Conforme definição institucional, caberá cobrança de taxa de inscrição para os processos de seleção de candidatos aos cursos de Pós-Graduação que exigirem a aplicação de provas.

Os candidatos em situação de vulnerabilidade socioeconômica terão direito de solicitar isenção da taxa de inscrição mediante apresentação de documentos comprobatórios, de acordo com os requisitos da Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013.

6.1.2 A matrícula

As matrículas serão realizadas em datas e horários determinados em edital, na secretaria do *Campus* ofertante ou conforme regras previstas no edital. A convocação para segunda chamada ou chamadas posteriores ocorrerá em datas e locais estabelecidos em edital, por meio do sítio do IFSULDEMINAS e de lista na secretaria do *Campus* ofertante.

Os candidatos serão convocados para realização das matrículas, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final, até o limite do número total de vagas, conforme estabelecido em edital. Em hipótese alguma será permitida a matrícula condicional ou o trancamento da primeira matrícula.

O candidato classificado que não concretizar a sua matrícula por falta da documentação exigida ou deixar de cumprir as regras do edital no período determinado para a matrícula perderá o direito à vaga, sendo esta preenchida em chamadas subsequentes até o limite total de vagas estipuladas.

6.2 Do Trancamento e Cancelamento de Matrícula

A renovação semestral de matrícula será obrigatória para todos os discentes, conforme orientação da Seção de Registros Acadêmicos (SRA). O estudante com direito à rematrícula que deixar de efetuar-la dentro do prazo previsto deverá justificar o fato na SRA ou no polo de apoio

presencial, até sete dias consecutivos. Após a data estabelecida, será considerado desistente, perdendo sua vaga no curso.

A entrega da justificativa não dará direito imediato à matrícula ou re matrícula, devendo a justificativa ser analisada pelo Colegiado do Curso ou outro setor que o Diretor Geral do *Campus* deliberar.

A renovação de matrícula será feita pelo estudante ou procurador constituído para este fim. Enquanto perdurarem pendências na integralização da matriz curricular, o discente deverá estar vinculado ao IFSULDEMINAS, por meio do ato formal de renovação de matrícula, desde que seja respeitado o período estabelecido para máxima duração do curso. Não há previsão para trancamento de matrícula neste curso.

7 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes competências:

- preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação profissional;
- aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;
- planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação profissional;
- organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- inserir-se no campo de estudo EPT, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso de todos os componentes curriculares trabalhados.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 A Matriz Curricular

O item a seguir apresenta a matriz curricular do curso.

Quadro 3 - Matriz Curricular.

SEMESTRE/ MÓDULO	DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES	Professores/ responsáveis	OBRIGATÓRIA OU OPTATIVA	CH
MÓDULO I Primeiro Semestre	<i>Ambientação em Educação a Distância.</i>	Mariella Berger de Andrade e Danielli Veiga Carneiro Sondermann	Obrigatória/ EaD	30
	<i>Epistemologia da Educação profissional e tecnológica.</i>	Gustavo Henrique Moraes e Jaqueline Maissiat	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação profissional e tecnológica.</i>	Jaqueline Maissiat e Olivier Allain	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Tecnologias educacionais para a Educação profissional e tecnológica.</i>	Igor Mendonça e Crislaine Gruber	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Didática em Educação Profissional e tecnológica..</i>	Paulo Wollinger e Indiana Reis da Silva	Obrigatória/ EaD	60
MÓDULO II Segundo Semestre (Certificação: Especialista em docência para a educação profissional e tecnológica)	<i>Projeto pedagógico na Educação profissional e tecnológica.</i>	Crislaine Gruber e Olivier Allain	Obrigatória/ EaD	60
	<i>Práticas inclusivas na Educação profissional e tecnológica.</i>	Larissy Alves Cotonhoto e Emilene Coco dos Santos	Obrigatória/ EaD	45
	<i>Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação profissional e tecnológica.</i>	Larissy Alves Cotonhoto e Emilene Coco dos Santos	Obrigatória/ EaD	45
	<i>Trabalho Final de Curso –TFC.</i>	Paulo Wollinger e Jaqueline Maissiat	Obrigatória/ EaD	30
	<i>Libras.</i>	Carla Rejane e Fernanda Nogueira	Obrigatória/ EaD	30
Total da Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias/ Optativas e Trabalho de Conclusão				480
Carga Horária Total do Curso				480

Fonte: Elaborado pela SETEC.

A Setec/MEC elaborará um cronograma para a oferta do Curso DocentEPT, em âmbito nacional, no qual constará um roteiro de implementação para todas as instituições ofertantes do curso, que qual ser ajustado de acordo com a realidade e as peculiaridades locais da oferta.

8.2 Certificação

O discente que cumprir com todas as exigências regimentais e pedagógicas do curso será certificado especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, conforme Resolução CNE nº 1 de 6 de Abril de 2018.

O certificado de conclusão de curso de especialização deverá ser acompanhado do respectivo histórico escolar, no qual deverá constar, obrigatória e explicitamente:

a) ato legal de credenciamento da instituição, nos termos do artigo 2º da Resolução CNE 01 de 06 de abril de 2018;

b) identificação do curso, período de realização, duração total, especificação da carga horária de cada atividade acadêmica;

c) elenco do corpo docente que efetivamente ministrou o curso, com sua respectiva titulação;

d) relação das disciplinas, carga horária, nota obtida pelo aluno, frequência, nome do docente responsável;

e) título do trabalho de conclusão do curso e nota obtida; f) declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da Resolução CNE 01 de 06 de abril de 2018 ou resolução que a altere.

Os certificados de conclusão de curso de pós-graduação Lato sensu, enquadrados nos dispositivos estabelecidos na Resolução CNE 01 de 06 de abril de 2018, terão validade nacional. Para a emissão do certificado de conclusão de curso é necessário que o discente apresente na SRA os seguintes documentos:

a) Documento comprobatório do cumprimento, por parte do discente, de todas as exigências relativas ao TCC, inclusive da entrega da versão finalizada do trabalho, que deverá ser expedido pelo coordenador de curso;

b) Nada consta, emitido pela biblioteca, atestando que o discente não possui débitos com a instituição e que a versão final foi entregue;

c) Outros documentos que possam fazer parte da exigência da SRA.

O discente que, por qualquer motivo, não cumprir completamente com as exigências regimentais e pedagógicas do curso, não será certificado. No entanto, poderá requerer, junto à SRA, documento que comprove as disciplinas cursadas com aproveitamento.

O estudante que obtiver o Certificado de Especialista, emitido pela conclusão deste curso, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação profissional e tecnológica, nos termos do Artigo 53 da Resolução CNE/CP 01/2021 e do artigo 21 da Resolução CNE/CP 02/2019, desde

que esteja em efetivo exercício de docência na Educação profissional e tecnológica e que seja portador de diploma de curso superior de tecnologia ou de qualquer curso de bacharelado, compatível com as formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

9. EMENTÁRIO

Os quadros a seguir apresentam as ementas³ das disciplinas, bem como os conteúdos abordados, a metodologia/ recursos utilizados e o processo de avaliação de aprendizagem para o Curso Especialização em Docência para a Educação profissional e tecnológica - DocentEPT, por módulo.

9.1 Ementas para o Módulo I

Quadro 4 – Ambientação em Educação a Distância.

Nome da Disciplina: Ambientação em Educação a Distância			Módulo: I
Carga Horária: 30h	Teórica: 30h	Prática: **	Obrigatória
<p>Objetivo: Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.</p>			
<p>Ementa: Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.</p>			
<p>Conteúdo: Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Ferramentas de Comunicação: e-mail, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.</p>			
<p>Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>			
<p>Avaliação da Aprendizagem: A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior</p>			

³ As ementas vieram padronizadas no Projeto Político de Curso base encaminhado pela SETEC.

a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos).

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017.

Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.

Bibliografia Básica:

LEMONS II, D. L. **Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem**. Florianópolis: IFSC, 2016.

LITTO, M.F.; FORMIGA, M. **Educação a Distância: estado da arte**. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. **Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância**. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MOODLE.ORG. Disponível em: <https://moodle.org/?lang=pt_br>. Acesso em: 26 out 2018.

Bibliografia Complementar:

BEHAR, Patricia Alejandra. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED).

Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.

CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. **Introdução à Educação a Distância**. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.

MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. **Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem**. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.

MATTAR, João. **Guia de Educação a Distância**. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.

PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. **Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil**. 1ª ed., 2018. Disponível em <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.

Quadro 5 – Epistemologia da Educação profissional e tecnológica.

Nome da Disciplina: Epistemologia da Educação profissional e tecnológica			Módulo: I
Carga Horária: 60h	Teórica: 60h	Prática: ***	Obrigatória
<p>Objetivo: Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação profissional e tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.</p>			
<p>Ementa: Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural. Fundamentos epistemológicos da EPT: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EPT; Trabalho como exercício social da técnica. EPT como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EPT no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação profissional.</p>			
<p>Conteúdo: Fundamentos epistemológicos da EPT: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EPT; Trabalho como exercício social da técnica. EPT como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EPT no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação profissional: Ofertantes de EPT: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação profissional.</p>			
<p>Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico</p>			
<p>Avaliação da Aprendizagem: A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de</p>			

correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica:

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho**. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARATO, J. N. **Fazer bem-feito: valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. **Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Senac SP, 2017.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. **As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república**. Revista Vértices, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. **Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação**. Trabalho & Educação, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, A. G. **La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques**. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **PNAD 2014: Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MORAES, G. H. **Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>>.

PASTRÉ, P. **A análise do trabalho em Didática Profissional**. Rev. Bras. de Estud. Pedagog. [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. **A Didática Profissional**. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.

SCHWARTZ, Y. **O trabalho numa perspectiva filosófica**. IN: NOZAKI, I. (org.). **Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber**. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

Quadro 6- Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação profissional e tecnológica.

Nome da Disciplina: Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação profissional e tecnológica			Módulo: I
Carga Horária: 60h	Teórica: 60h	Prática: ***	Obrigatória
<p>Objetivo: Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de aprendizagem. Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas. Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação.</p>			
<p>Ementa: Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de aprendizagem. Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas. Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.</p>			
<p>Conteúdo: Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação. Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner. Princípios andragógicos e heutagógicos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett); Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).</p>			
<p>Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico</p>			
<p>Avaliação da Aprendizagem: A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>			
<p>Bibliografia Básica: BARBIER, J.-M. Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios. Brasília:</p>			

Liber Livro, 2013.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 1999.

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional**: princípios e referências para a Educação profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. **Didática Profissional**: princípios e referências para a Educação profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, Jarbas Novelino. **Educação profissional**: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. **Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica**. Rio de Janeiro: Boletim Técnico Senac, v. 39, n. 2, p.48-67, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349>>

Quadro 7 – Tecnologias Educacionais para a Educação profissional e Tecnológica.

Nome da Disciplina: Tecnologias Educacionais para a Educação profissional e tecnológica			Módulo: I
Carga Horária: 60h	Teórica: 60h	Prática: ***	Obrigatória
<p>Objetivo: Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.</p>			
<p>Ementa: Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.</p>			
<p>Conteúdo: Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido. Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos. Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons.</p>			
<p>Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico</p>			
<p>Avaliação da Aprendizagem: A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.</p>			
<p>Bibliografia Básica: BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. São Paulo: Penso Editora, 2015. BATES, T. Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf>. CREATIVE COMMONS BR. Licenças Creative Commons. Disponível em:</p>			

<<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em 31 de maio de 2020.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: sistemas de aprendizagem on-line. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

PONTES, E. **O que é esse tal de copyright?** 2017. Disponível em: <<https://eadbox.com/copyright/>>. Acesso em 31 de maio de 2020.

Bibliografia Complementar:

CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. **Ensino Híbrido**: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive_Final.pdf. Acesso em: 31 maio de 2020.

GANDELMAN, H. **De Gutenberg à internet**: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PORVIR. **Tecnologias na Educação**. Disponível em <<https://porvir.org/especiais/tecnologia/>>. Acesso em 31 maio. 2020.

SANTOS, A. **Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico]**: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>>.

SARTORI, A; ROESLER, J. **Educação a Distância**: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). **Conceito de recursos educacionais abertos**. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Quadro 8 – Didática em Educação profissional e tecnológica.

Nome da Disciplina: Didática em Educação profissional e tecnológica			Módulo: I
Carga Horária: 60h	Teórica: 40h	Prática: 20h	Obrigatória
<p>Objetivo: Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação profissional e tecnológica. Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT. Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação profissional.</p>			
<p>Ementa: Fundamentos da didática para a Educação profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação profissional. Planejamento do ensino na Educação profissional. Avaliação na Educação profissional e tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.</p>			
<p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fundamentos da didática para a Educação profissional e tecnológica. ● Didática Profissional. ● A Cultura Profissional como Elemento para a Didática. ● Atividade Pedagógica na Educação profissional e tecnológica. ● Planejamento do ensino na Educação profissional e tecnológica. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EPT; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa. ● Avaliação na Educação profissional: funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos. ● Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho. 			
<p>Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico</p>			
<p>Avaliação da Aprendizagem: A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.</p>			
<p>Bibliografia Básica: BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico</p>			

do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação profissional**. Mestrado Profissional em Educação profissional e tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019.

Disponível em: <<https://bcad4482-1093-437>

[ba17d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf](https://bcad4482-1093-437-ba17d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf)>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "**Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola**". Revista Acadêmica da Unigranrio. Vol. IX, n° 1, 2015. Disponível em:

<<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). **Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004.

BARATO, Jarbas Novelino. **Em busca de uma didática para o saber técnico**. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

BARATO, Jarbas Novelino. **Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação profissional**. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem-feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015.

BECKER, Fernando. **Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos**. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2016.

BERBEL, N. A. N. (Org.). **Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: UEL/INEP, 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. **10 estratégias didáticas para a Educação profissional**. Mestrado Profissional em Educação profissional e tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em:<[https://bcad4482-1093-4377-ba17-](https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5)

[d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5-b492448a8e.pdf](https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5-b492448a8e.pdf)>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. **Didáctica de la educación tecnológica y laboral**. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. **Didática Profissional: princípios e referências para a Educação profissional**. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999

9.2 Ementas para o Módulo II

Quadro 9 - Projeto Pedagógico na Educação profissional e tecnológica.

Nome da disciplina: Projeto Pedagógico na Educação profissional e tecnológica			Módulo: II
Carga Horária: 60h	Teórica: 60h	Prática: ***	Obrigatório
<p>Objetivo: Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância. Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA. Discutir sobre currículo no âmbito da EPT</p>			
<p>Ementa: Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA</p>			
<p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Currículo na perspectiva da Educação profissional Técnica de Nível Médio. ● Metodologias para a concepção de cursos da Educação profissional: DACUM; análise da atividade; ERGON-EPT. ● Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação profissional. ● Educação por competências: conceitos e abordagens. ● Elementos de estruturação do currículo na Educação profissional. ● Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico e certificações profissionais. ● Currículo de PROEJA. ● Formação laboral como atividade de extensão. 			
<p>Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico</p>			
<p>Avaliação da Aprendizagem: A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.</p>			

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, consulta em 06/03/2020.

JONNAERT, Philippe. **Competências e Socioconstrutivismo: Um quadro Teórico**. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). **Didática profissional: princípios e referências para a educação profissional**. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1. Disponível em:

<https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/>

9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad.

GRUBER, Crislaine. **ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação profissional**. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.

Bibliografia Complementar:

GRUBER, Crislaine et al. **Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação profissional: uma revisão de literatura**. Boletim Técnico do Senac, v. 45, p. 117-137, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

MULDER, M. (Ed.). **Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education**. Springer, 2017.

NORTON, Robert E. **DACUM Handbook**. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press.,1997.

PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>.

Quadro 10 - Práticas Inclusivas na Educação profissional e tecnológica.

Nome da disciplina: Práticas Inclusivas na Educação profissional e tecnológica			Módulo: II
Carga Horária: 45h	Teórica: 45h	Prática: ***	Obrigatório
<p>Objetivo: Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e tecnológica inclusiva. Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional. Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.</p>			
<p>Ementa: Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.</p>			
<p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas ● O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência ● A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. ● Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas ● Avaliação no processo ensino-aprendizagem ● Acessibilidade e tecnologias ● O atendimento educacional especializado 			
<p>Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico</p>			
<p>Avaliação da Aprendizagem: A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.</p>			
<p>Bibliografia Básica: BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2007. Disponível em:< http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 04 abril 2018.</p>			

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANÇA, Tiago Henrique. **Modelo Social da Deficiência**: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/l/article/view/25723>>.

FREITAS, Marcos Cezar de. **O aluno incluído na educação básica**: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. **Reflexões sobre o currículo inclusivo**. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: < <https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

Bibliografia Complementar:

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. **Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em <[2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299](http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299)>"<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK>

"<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>"ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). **Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial [recurso eletrônico]** /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <_06/editora/formacao.pdf" HYPERLINK

"http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK "http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf"tora/formacao.pdf">.

Acesso em: 18 de maio de 2018.

PLETSCH, M. D. **Educação Especial e inclusão escolar**: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. *Revista Poiesis Pedagógica*. Catalão/GO, v. 12, nº 1, p. 7-26, 2014.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais** / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]

VALLE, J. W; CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência-** a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

Quadro 11 – Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação profissional e Tecnológica.

Nome da disciplina: Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação profissional e tecnológica			Módulo: II
Carga Horária: 45h	Teórica: 45h	Prática: ***	Obrigatório
<p>Objetivo: Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional. Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos. Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico. Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o nas atividades pedagógicas e educacionais. Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade. Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho.</p>			
<p>Ementa: Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EPT. A inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (lei 13.243/2016 e Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).</p>			
<p>Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. ● O trabalho como princípio educativo. ● A articulação entre trabalho, pesquisa e extensão. ● Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias e aplicação na Educação profissional. ● Inovação e seu papel tecnológico e social. ● A extensão nos currículos escolares. ● A integração das escolas técnicas com o setor produtivo. 			
<p>Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico</p>			
<p>Avaliação da Aprendizagem: A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.</p>			
<p>Bibliografia Básica:</p>			

BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. **Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas.** In: XI CAMARGO, Celia Reis (org). **Experiências Inovadoras de Educação profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador.** São Paulo: UNESP, 2002.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real.** Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

JULIANI, D. P. et al. **Inovação social: perspectivas e desafios.** Revista Espacios, v. 35, n. 5, 2014.

PEREIRA, André Ferreira. **Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades.** Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.

Bibliografia Complementar:

SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador.

Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politiclas_Publicas>

BMEC. **Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada.** 2014. Disponível em:

<<http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/>>. Acesso em: 14 jun 2018.

BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. **Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

Quadro 12 - Trabalho Final de Curso.

Nome da disciplina: Trabalho Final de Curso			Módulo: II
Carga Horária: 30h	Teórica: 20h	Prática: 10h	Obrigatório
Objetivo: Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação profissional e compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EPT.			
Ementa: Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos			
Conteúdo: <ul style="list-style-type: none"> ● Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para subsídio à intervenção ● Construção do Projeto de intervenção; ● Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional; ● Implementação do Projeto de intervenção ● Elaboração de relatório de atividades 			
Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico			
Avaliação da Aprendizagem: A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.			
Bibliografia Básica: MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.			

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005

Bibliografia Complementar:

DTE. **Design Thinking para educadores**. Disponível em <<http://www.dtparaeducadores.org.br>>. Acesso em 10 jul. 2017.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: observação**. Brasília: Plano, 2003

Quadro 13 - Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Nome da disciplina: Libras			Módulo: II
Carga Horária: 30h	Teórica: 30h	Prática: ***	Obrigatória
<p>Objetivo: Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais. Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos. Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais. Conhecer aspectos gramaticais da Libras.</p>			
<p>Ementa: Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em contextos de comunicação informal.</p>			
<p>Conteúdo: ● Concepções sobre a surdez; História da Educação de surdos; Legislação e Libras; Gramática da Libras; A Libras em contextos educacionais e contextos de uso informal.</p>			
<p>Metodologia e Recursos Utilizados: A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico</p>			
<p>Avaliação da Aprendizagem: A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.</p>			
<p>Bibliografia Básica: FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995 GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.. FELIPE, Tanya Amaral; MONTEIRO, Mirna Salerno. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor. 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008. LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. BOTELHO, Paula.</p>			

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2010

Bibliografia Complementar:

KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de Sinais Brasileira – Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um Aluno Surdo, e Agora?** Introdução à Libras e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013.

PERLIN, Gladys. **O lugar da cultura surda**. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson, 2011.

SILVA, Rafael dias. **Libras: Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Pearson, 2015.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: EdUFSC, 2008

9.3 Trabalho Final de Curso

O artigo 53, parágrafo segundo alínea II da Resolução CNE/CP nº 01/2021, no que trata da formação docente para a EPT, estabelece:

II - participar de curso de pós-graduação *Lato sensu* de especialização, de caráter pedagógico, voltado especificamente para a docência na educação profissional, devendo o TFC contemplar, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente em cursos e programas de educação profissional;

O presente projeto estabelece que o Trabalho Final de Curso (TFC) seja constituído de elaboração e posterior apresentação de um projeto de intervenção, desenvolvido por cada cursista, individualmente, e que esteja fundamentado a partir dos conteúdos trabalhados nas disciplinas do curso.

Será disponibilizado material instrucional, bem como capacitação aos professores-orientadores, os quais mediarão a elaboração e execução do trabalho final, e também aos profissionais envolvidos nessa etapa de avaliação, para que possam realizar os preparativos e o acompanhamento local da elaboração e da apresentação de cada TFC.

Como se trata de uma intervenção, caberá, ao aluno, a elaboração e a construção dessa atividade, mediante as orientações do professor formador/orientador do TFC. As bancas de defesa serão compostas pelo professor formador/orientador do TFC, pelo coordenador do Curso de cada instituição e de um convidado externo, que avaliarão o aluno. As defesas poderão acontecer virtualmente, isto é, por meio de plataforma virtual, e a média das avaliações comporá a nota final da defesa. O desenvolvimento do TFC prevê a seguinte estrutura mínima:

- a disciplina referente à elaboração do TFC promoverá reflexões acerca da elaboração do projeto de intervenção, bem como disponibilizará material para elaboração do referido projeto. Cada aluno escolherá um curso de EPT, ofertado por uma escola técnica, e deverá contactar o coordenador do referido curso e um docente, para realizar uma entrevista sobre os desafios de ensino da EPT;
- este aluno solicitará autorização para ministrar uma aula ou para realizar uma atividade educativa com alunos desse curso de EPT (preferencialmente técnico);
- o professor da disciplina receberá um formulário de avaliação para preencher e devolver ao coordenador local, como parte da avaliação da atividade;
- o aluno deverá inserir, no AVA Moodle, o seu projeto de intervenção, o relatório da atividade e o formulário de avaliação, para posterior análise do tutor a distância;
- caso a avaliação seja insuficiente, uma nova oportunidade será recomendada ao aluno, como

atividade de recuperação (período definido no calendário do curso).

10 METODOLOGIA

Este curso será desenvolvido em dois semestres letivos, na modalidade a distância. As atividades educativas incluem:

- material suplementar, para pesquisas futuras;
- gravação em áudio do material escrito, a critério docente;
- atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;
- atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- materiais acessíveis para o caso de alunos com surdez ou deficiência visual;
- sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material pedagógico constará de textos elaborados pelos professores conteudistas (planejam e elaboram os conteúdos das unidades curriculares definidas), que também serão os professores formadores, sendo acrescido do máximo de figuras, gráficos, tabelas, *hiperlinks* ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Nesse projeto, o professor formador e/ou professores conteudistas, além de preparar(em) todo o material didático a ser usado na disciplina, incluindo as avaliações, participará de atividades de formação de formadores no início da oferta das disciplinas, em encontros realizados pela Setec/MEC.

Esse curso contempla a oferta de dois módulos de atividades letivas, subdivididas em blocos, por meio do agrupamento de disciplinas, para que os professores possam atuar de forma interdisciplinar, especialmente na proposição de avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, com vistas a exercitarem os princípios da educação por competência, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação profissional e tecnológica (2012, 2021):

1ª Etapa:

O curso terá início por meio de uma abertura formal, intitulada Aula Inaugural, constituída da presença de representantes das instituições parceiras, ou seja, da Setec/MEC, das instituições que integram a Rede Federal de Educação profissional e tecnológica que aderiram a oferta Capes/UAB,

bem como especialistas convidados. Em seguida, o início do curso será determinado pela oferta da disciplina “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os alunos na educação a distância e no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, que terá duração de três semanas, com vistas a garantir, ao aluno, o domínio pleno da plataforma do AVA. Essa disciplina também deverá capacitar os tutores a distância, para que possam dar suporte aos alunos durante a oferta do curso.

□ 2ª Etapa:

Nessa etapa, serão ofertadas as duas disciplinas, de forma simultânea, a saber: “Epistemologia da Educação profissional”, “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação profissional”. Na sequência, serão ofertadas, também de forma simultânea, as disciplinas: “Tecnologias Educacionais para a Educação profissional” e “Didática para a Educação profissional e tecnológica”. Para essas disciplinas, serão realizadas atividades avaliativas integradas, para que seja exercitada a interdisciplinaridade na formação docente.

□ 3ª Etapa:

Nessa última etapa, serão oferecidas as disciplinas “Projeto Pedagógico na Educação profissional”, “Práticas Inclusivas na Educação profissional”, “Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação profissional e tecnológica”, “Trabalho de Conclusão” e “Libras”. As duas primeiras serão ofertadas simultaneamente; em seguida e da mesma forma, as outras duas e, por fim, o Trabalho Final de Curso (TFC). Para essas disciplinas, serão realizadas atividades presenciais e/ou síncronas avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente. Recomenda-se que enquanto as disciplinas de Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação profissional e tecnológica e Libras estejam sendo ofertadas, os alunos possam iniciar o trabalho de pesquisa para a elaboração das intervenções educativas na EPT – proposta constante da elaboração do Trabalho Final de Curso (TFC).

11 ESTÁGIO

O curso não prevê estágio como componente curricular ou como pré-requisito para conclusão.

12 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem obedecerá, no que couber, às determinações do Regulamento de Organização Didática de cada instituição ofertante, incluindo as seguintes especificidades: a avaliação da aprendizagem deve ter, sempre, o perfil profissional como referência os objetivos e as competências aqui descritos, além das competências inerentes a cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem, visando a construção de novos saberes. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados e devem constar no plano de ensino de cada unidade curricular, estimulando o aluno à pesquisa, à reflexão e à criatividade. As avaliações de cada unidade curricular podem constar de:

- observação da participação dos alunos pelos professores, no AVA e nas atividades;
- trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- provas escritas, com ou sem consulta;
- exercícios de fixação ou aprimoramento como jogos e roteiros dirigidos;
- planejamento e execução de projetos;
- relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- atividades práticas referentes à formação docente, entre outros.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, incluindo o cumprimento de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos destinados à avaliação, considerando uma escala de zero a cem. Portanto, os alunos que não atingirem nota igual ou superior a sessenta serão desligados do programa, conforme regulamento do curso.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de uma nova atividade avaliativa, no decorrer do período letivo, com vistas à promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão constituir-se de estratégias alternativas, votadas para o atendimento de necessidades específicas, tais como a execução de atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou por meio de estudos dirigidos. Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido à uma nova avaliação, sobre a qual prevalecerá o maior valor entre o obtido na avaliação realizada anteriormente ao processo de recuperação e o obtido na avaliação aplicada posteriormente ao período da recuperação.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos definidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas também será promovida pela Coordenação do Curso, constando de questionário a ser aplicado aos estudantes, ao final de cada unidade curricular. Os

dados dessas avaliações estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, para que os professores possam acessá-los enquanto instrumentos de revisão a respeito de suas próprias práticas docentes, bem como para a revisão da estrutura da unidade curricular nas ofertas subsequentes.

13 ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A condução de todo o curso é composta por um conjunto de profissionais da educação, que atuam em diferentes níveis de ensino e em atividades diversas, para que a implementação do curso, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida sejam garantidos, incluindo o atendimento especial aos estudantes portadores de necessidades específicas, com apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) e das diferentes coordenações, em consonância com a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

14 CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO

Para a execução dessa proposta, em conformidade com a legislação vigente da Capes/UAB, com destaque para a Portaria nº 102, de 10/05/2019, que regulamenta o Art. 7º da Portaria Capes nº 183, de 21/10/2016, prevê-se a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB, criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Observamos a necessidade de formação de uma equipe mínima, que dê suporte à construção do curso e também a outros aspectos administrativos.

14.1 Formação de Formadores e equipes locais

Para o êxito desse projeto, é necessário que toda a equipe multidisciplinar esteja capacitada para a execução de suas atividades, em especial os professores formadores, os tutores e os coordenadores de polo, que serão responsáveis pela mediação dos conteúdos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela comunicação com e entre os estudantes.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em sua maior parte, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores, ocorridos em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo, o estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do estudante. No planejamento acontecerá, então, a produção de textos, vídeos, atividades, animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Para que possa desenvolver essas atividades, é imprescindível a formação do professor formador e dos tutores.

No caso dos tutores, são eles que acompanham todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. É o profissional que mais interage com os alunos, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse ator desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didático-pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de um curso a distância. Em relação aos Coordenadores de Curso, as capacitações auxiliarão na mediação afetiva e no planejamento do acompanhamento virtual e presencial dos alunos.

Com a experiência da Setec/MEC e da Capes/UAB de capacitações anteriores para estes perfis de profissionais, percebe-se a necessidade de prepará-los para o trabalho, em consonância com princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo e/ou a prática pedagógica baseada meramente na intuição. Sem uma capacitação

adequada e contextualizada, envolvendo a metodologia utilizada neste PPC, ocorre uma falta de conhecimento dos professores mediadores sobre ferramentas e suas formas de utilização.

Assim, entende-se a importância de uma capacitação que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos nesse projeto de formação a distância, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA, como também as amplas relações e idiosincrasias tecidas, inerentes à modalidade da educação a distância. É a partir dessa concepção que essa formação possui um valioso papel.

A formação está prevista para acontecer em dois momentos: no início do curso, destacando e problematizando questões estruturais e a dinâmica do curso. No segundo momento ela será realizada a cada início de módulo, para que os profissionais (professores formadores, tutores e coordenadores de tutoria e de polo) possam compreender as disciplinas em sua estrutura e funcionamento.

14.2 Corpo Docente e técnico

Os profissionais envolvidos na oferta do Curso de Especialização, em nível de especialização, em Docência para a EPT, serão selecionados por edital público, em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB, conforme descrito anteriormente. Os orientadores dos Trabalhos Finais de Curso (TFC) serão os professores formadores, que após formação específica no curso, terão a função de acompanhar e mediar a construção do TFC pelos alunos.

14.3 Coordenação e Corpo Docente do Curso

As equipes do Curso de Especialização em Docência para a EPT, oferta Capes/UAB, deverão ser constituídas, minimamente, pelos seguintes perfis de profissionais:

- Coordenador de Curso I: com a função de coordenação do Curso DocentEPT na instituição ofertante;
- Coordenador de Curso II: com a função de coordenação adjunta do Curso DocentEPT na instituição ofertante e no desenvolvimento de projeto de pesquisa referente à avaliação continuada do referido Curso;
- Coordenador de tutoria I: com a função de atuação em atividades de coordenação de tutores do Curso DocentEPT;
- Coordenador de polo: com função de atuação em atividades de coordenação e

supervisão de infraestrutura a ser disponibilizada em perfeitas condições de uso para viabilizar atividades realizadas no âmbito do polo;

□ Tutoria: com função de atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, voltada para o acompanhamento das disciplinas do Curso DocentEPT;

□ Professor Formador I: com função de atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino do DocentEPT, responsabilizando-se pelas disciplinas ministradas e pela formação de tutores.

Os critérios de constituição de equipes e de pagamento de bolsas estão determinados na Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

15 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A Internet será usada como recurso para a identificação, avaliação e integração de uma grande variedade de informações; sendo como um meio para colaboração, conversação, discussões, troca e comunicação de ideias; como uma plataforma para a expressão e contribuição de conceitos e significados.

As plataformas também serão utilizadas no desenvolvimento de simuladores com objetivo de facilitar o entendimento das configurações e manuseio de equipamento/instrumentos.

16 INFRAESTRUTURA

O Curso de Especialização em Docência para a EPT, Capes/UAB e Setec/MEC, será ofertado pelas instituições que integram a Rede Federal de Educação profissional Científica e tecnológica e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essas instituições são responsáveis pela oferta e certificação do Curso, bem como pela customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela instituição ofertante do Curso e pela migração dos conteúdos das disciplinas que integram a matriz curricular do DocentEPT, elaborados pelo Cefor/IFES.

O suporte técnico para a migração dos conteúdos das disciplinas do DocentEPT dar-se-á por meio do Cefor/IFES, a partir de contatos (e-mail e telefone institucionais) previamente definidos entre as equipes envolvidas, sob a coordenação da Setec/MEC.

São pré-requisitos estabelecidos e acordados entre as partes envolvidas na implementação do Curso DocentEPT, no âmbito da oferta Capes/UAB e Setec/MEC, a utilização do mesmo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os mesmos materiais pedagógicos elaborados pelo Cefor/IFES.

16.1 Instalações gerais e equipamentos

Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância, realizado por meio de uma parceria que envolve diferentes instituições e tendo o Cefor/IFES como centro responsável pelo planejamento e pela produção de materiais digitais a serem utilizados tanto para o curso quanto pelas as instituições que integram a Rede Federal de Educação profissional, Científica e tecnológica e Capes/UAB pela oferta do Curso DocentEPT, destacamos a infraestrutura dessas instituições no que diz respeito à estrutura física e digital de que elas dispõem.

Quanto à infraestrutura física, cada instituição definirá previamente o cadastro dos polos de apoio presencial, no Sicapes, considerando os termos definidos nas etapas do cronograma do Edital nº 9/2022 e em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB.

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Cefor/IFES podem ser migrados com facilidade para cada uma delas. Para esse gerenciamento e acompanhamento, a instituição ofertante definirá as equipes técnicas responsáveis, que podem colaborar com o suporte técnico e pedagógico de customização da plataforma e organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas.

O Cefor/IFES ficará responsável pela orientação sobre a migração dos materiais pedagógicos para os Ambientes Virtuais das instituições ofertantes do Curso DocentEPT, Capes/UAB e Setec/MEC, nos termos definidos pela parceria IFES e Setec/MEC.

16.2 Instalações locais e equipamentos

Desde a implantação do *Campus* Avançado Carmo de Minas estão sendo investidos recursos na reforma de prédios próprios, com infraestrutura, laboratório, biblioteca e equipamentos capazes de atender a demanda de discentes.

Nosso CIEAD – Centro Integrado de Educação a Distância está em construção com previsão de término e início das atividades ainda no ano de 2022.

A Tabela 1 e as Figuras 7 a 9 apresentam algumas imagens e informações sobre a estrutura atual do *Campus* Avançado Carmo de Minas.

Tabela 1 - Infraestrutura do *Campus* Avançado Carmo de Minas.

<i>Ocupação do Terreno</i>	<i>Área (m²)</i>	
Área Total do Terreno	104.867,00	
Área Construída Total	5.428,58	
Área Construída Coberta	4.678,58	
<i>Tipo de Utilização</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Área (m²)</i>
Sala de Direção Geral	1	23,39
Sala de Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão	1	40,83
Sala de Professores	1	30,63
Setor de Assistência ao Educando	1	54,0
Setor de Atendimento e Secretaria	1	42,97
Salas de Aula	7	392,30
Centro de Ensino de Línguas (<u>CELIN</u>)	1	40,61
Biblioteca	1	64,54
Laboratório de Informática	2	148,74
Laboratórios de Alimentos	5	436,15
Laboratório de Ciências	1	43,85
Laboratório de Matemática	1	30,62
Sanitários	4	39,76
Quadra Esportiva	1	1.284,22
Cantina	1	131,59

Fonte: Projeto Arquitetônico do IFSULDEMINAS - *Campus* Avançado Carmo de Minas, 2015.

Figura 7 - Vista aérea das instalações do *Campus Avançado Carmo de Minas*.



Fonte: Geovanini [arquivo pessoal], 2017 .

Figura 8 - Laboratório de Alimentos.



Fonte: Geovanini [arquivo pessoal], 2017.

Figura 9 - Salas de Aula.



Fonte: Geovanini [arquivo pessoal], 2017.

16.2.1 Biblioteca, Instalações e Equipamentos

A Biblioteca “Murilo Rubião” do IFSULDEMINAS - *Campus* Avançado Carmo de Minas teve o início de suas atividades em 04 de janeiro de 2016, em um espaço provisório de 64,54 m². A Biblioteca conta com 03 computadores com acesso à internet de uso exclusivo para os usuários, 07 cabines de estudos individual e 01 mesa para estudo em grupo para 03 pessoas. Todo o espaço da biblioteca possui *wireless*, o que permite que os usuários usem *notebooks* e/ou *smartphones* pessoais, facilitando a realização de seus trabalhos acadêmicos.

A biblioteca “Murilo Rubião” proporciona à comunidade escolar um espaço dinâmico de convivência, auxiliando no ensino, pesquisa e extensão. Tem como visão contribuir como órgão facilitador no processo ensino-aprendizagem utilizando a qualidade e a inovação dos serviços oferecidos como meta para superar as necessidades informacionais.

O acervo da biblioteca é aberto, de livre acesso às estantes. A Classificação Decimal de Dewey – CDD é utilizada para determinar os assuntos que representam as obras do acervo e o Código de Catalogação Anglo Americano – AACR2 é aplicado na descrição bibliográfica, definindo as formas de entrada dos dados, padronizando a catalogação em nível internacional e subsidiando o tratamento da informação.

Todo o acervo da biblioteca está disponibilizado no Pergamum – Sistema Integrado de Bibliotecas, que permite a informatização e organização do catálogo bibliográfico, possibilitando o acesso virtual.

Seu acervo é constituído por livros vinculados aos conteúdos dos cursos ofertados, em consonância e atendimento aos planos de cursos, além de clássicos da literatura e *best-sellers*, CDs, DVDs, obras de referência e periódicos que oferecem suporte aos discentes, docentes, técnico-administrativos e comunidade externa. Atualmente a biblioteca possui os seguintes quantitativos de materiais bibliográficos:

Quadro 13 - Quantitativo de materiais bibliográficos (2015 - 2021).

Material bibliográfico	Quantidade de títulos	Quantidade de exemplares
Livros	956	2723
CDs	32	42
DVDs	6	34
Referências	4	11
Periódicos impressos	9	157
Total geral	1.007	2.967

Fonte: Sistema Pergamum, 2021.

Ressalta-se que o IFSULDEMINAS, no ano de 2014, firmou contrato com a biblioteca digital: “Minha Biblioteca”. Essa medida possibilitou o aumento significativo dos acervos de títulos que estão disponíveis para consulta. São mais de seis mil títulos das quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil: Grupo A, Atlas, Grupo GEN e Saraiva.

Através da plataforma “Minha Biblioteca” os discentes e os servidores da instituição têm acesso rápido e fácil a milhares de títulos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização. A “Minha Biblioteca” pode ser acessada em qualquer lugar, inclusive via *tablets* e *smarthphones*.

A biblioteca “Murilo Rubião” é gerenciada por uma bibliotecária documentalista; oferece diversos serviços à comunidade, estando aberta de segunda a sexta-feira, em turnos alternados durante a semana, entre manhã, tarde e noite, permitindo o acesso de todos ao local tanto para consulta de acervo físico quanto digital. Os serviços oferecidos são:

- Empréstimo, renovação e reserva;
- Auxílio na pesquisa do acervo local;
- Acesso à *internet*;
- Consulta, renovação e reserva por meio da página da biblioteca no *Facebook*;
- Divulgação de novas aquisições;
- Empréstimo entre Bibliotecas (EEB);
- Acesso à biblioteca digital “Minha Biblioteca”;
- Catálogo *on-line*;
- Orientação na normalização de trabalhos acadêmicos (ABNT);
- Catalogação na fonte;
- Levantamento bibliográfico;
- Auxílio em consultas às bases de dados ou periódicos eletrônicos;
- Periódicos CAPES.

A biblioteca buscando melhoria na qualidade do atendimento aos seus usuários, amplia constantemente seu acervo de livre acesso. Anualmente a Diretoria de Administração e Planejamento do *Campus*, destina à biblioteca uma verba para que o acervo seja ampliado, adequado e atualizado de acordo com as Unidades Curriculares (UC) e os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC’s). A verba é dividida conforme as necessidades da biblioteca, sendo usada para aquisição de material bibliográfico, renovação de periódicos, aquisição de mobiliário, entre outros.

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisa. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será

disponibilizado eletronicamente na plataforma de educação a distância. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

16.2.2 Laboratórios

O *Campus* Avançado Carmo de Minas possui um conjunto de laboratórios adequadamente equipados para proporcionar a formação prática dos alunos.

16.2.2.1 Espaço *Maker*, Empresa Júnior e Incubadora de Empresa

Nesses laboratórios são realizadas atividades de ensino ligadas principalmente a inovação e o empreendedorismo.

O Espaço *Maker* desenvolve pesquisas relacionadas a área de inovação empresarial, visando o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias de processos empresariais.

A Empresa Junior é um laboratório que simula o ambiente empresarial através de atividades de consultoria, reuniões, simulação de ambiente empresarial e atua também com a administração do laboratório de produção.

A Incubadora de Empresa é um ambiente onde são criados negócios voltados principalmente para área de inovação e desenvolvimento de projetos sociais e sustentáveis.

16.2.2.2 Laboratórios de Informática

Os laboratórios de informática são equipados com máquinas e infraestrutura suficientes para atendimento aos discentes, com capacidade para 33 alunos. Os computadores possuem acesso à internet, bem como programas de edição de texto, de dados, de imagens, entre outros, para que os discentes desenvolvam atividades de informática aplicáveis ao curso.

16.2.2.3 Laboratório de Alimentos

O laboratório de alimentos é um complexo que possui 5 laboratórios com infraestrutura para realização de aulas práticas, sendo subdividido em: Laboratório de Análise Físico-Química e Grãos, Laboratório de Microbiologia de Alimentos, Laboratório de Análise Sensorial, Laboratório de Processamento de Alimentos e Laboratório de Pré-Processamento. Possui também áreas de apoio como barreira sanitária, mochileiro, almoxarifado, depósito de material de limpeza e sanitários.

Os laboratórios têm capacidade para 30 alunos e contam com equipamentos, vidrarias,

reagentes, meios de cultura, entre outros materiais, que possibilitam a realização de experimentos que envolvam o processamento e a análise de alimentos, contribuindo para o processo ensino-aprendizagem.

A Tabela 2 e as Figuras 10, 11, 12 e 13 apresentam informações sobre os equipamentos e infraestrutura disponíveis nos Laboratórios de Alimentos.

Tabela 2 - Equipamentos do Laboratório de Alimentos.

<i>Laboratório de Físico Química e Grãos</i>	
Agitador Eletromagnético de Peneiras	1
Agitador Kline	1
Agitador Magnético	6
Agitador Vortex	6
Anemômetro	1
Balança Semi Analítica	2
Banho-maria	1
Barrilete de PVC	1
Bloco Digestor	1
Bomba à Vácuo	1
Caldeira Redutec Determinadora de Acidez Volátil	1
Capela de Exaustão de Gases	2
Conduvívímetro	1
Dessecador a Vácuo	1
Dessecador de Vidro	3
Destilador de Água Osmose Reversa	1
Destilador de Nitrogênio	2
Digestor de Fibras	1
Espectrofotômetro	1
Estufa de Secagem e Esterilização	1
Evaporador Rotativo	1
Extrator de Gorduras Soxhlet	1
Forno Mufla	1
Medidor de pH	1
Medidor de pH Digital Portátil	2
Moinho de Bolas	1
Refratrômetro de Bancada	2
Refratrômetro Digital	1
Texturômetro	1

Turbidímetro	1
Turbidímetro de Cerveja	1
Peneiras Granulométricas	9
<i>Laboratório de Microbiologia</i>	
Autoclave de Mesa	1
Autoclave Vertical	2
Balança Semi Analítica	2
Banho-maria	1
Barrilete de PVC	1
Capela de Fluxo Laminar Vertical	1
Contador de Colônias	1
Destilador de Água	1
Esterilizador Infra Vermelho	1
Estereomicroscópio	1
Estufa de Secagem e Esterilização	1
Estufa para Cultura Bacteriológica	2
Incubadora B.O.D.	1
Medidor de pH	1
Microscópio Binocular	2
Microscópio Trinocular	2
Micro-ondas	1
Pipeta Automática, capacidade 0,1 a 1mL	2
Pipeta Automática, capacidade 1mL	5
Pipeta Automática, capacidade 1 a 5mL	5
Refrigerador	1
<i>Laboratório de Análise Sensorial</i>	
Cabines de Análise Sensorial	10
<i>Laboratório de Processamento de Alimentos</i>	
Balança Semi Analítica	1
Chapa Bifeteira Elétrica	1
Crioscópio Eletrônico	1
Freezer	1
Fogão Industrial	1
Liquidificador Industrial	2
Máquina Produtora de Sorvete	1
Medidor de pH	1

Figura 10 - Laboratório de Físico-Química e Grãos.



Fonte: Arquivo do Laboratório de Alimentos do *Campus* Avançado Carmo de Minas, 2018.

Figura 11 - Laboratório de Microbiologia de Alimentos.



Fonte: Arquivo do Laboratório de Alimentos do *Campus* Avançado Carmo de Minas, 2018.

Figura 12 - Laboratório de Análise Sensorial e Laboratório de Processamento de Alimentos.



Fonte: Arquivo do Laboratório de Alimentos do *Campus* Avançado Carmo de Minas, 2018.

Figura 13 - Sanitários e Barreira Sanitária.



Fonte: Arquivo do Laboratório de Alimentos do *Campus* Avançado Carmo de Minas, 2018.

16.2.2.4 Laboratório de Ciências

O laboratório de Ciências é destinado à realização de aulas práticas de Física, Química e Biologia, com capacidade para 30 alunos. O laboratório possui um kit completo de Física, que possibilita a realização de experimentos nas áreas de Eletricidade, Hidrostática, Hidrodinâmica, Termologia, Óptica, Ondulatória e Mecânica, bem como equipamentos, vidrarias e reagentes para a realização de experimentos básicos de Química e Biologia.

16.2.2.5 Laboratório de Matemática

O laboratório de Matemática possibilita o enriquecimento tanto da disciplina de Matemática quanto de processos pedagógicos integradores que envolvam a interpretação matemática de fenômenos de outras áreas do conhecimento. Tem capacidade para 15 alunos, a serem divididos em grupos menores para o desenvolvimento dos trabalhos.

O kit de Matemática é composto por materiais concretos como sólidos geométricos, representações de figuras planas com chapas metálicas, equipamento para rotação de figuras planas e geração de superfícies de revolução e réguas diversas para matemática experimental. Além disso, conta com quadros para trabalho com o Teorema de Tales, medidas e proporções, relações angulares e Ciclo Trigonométrico. Destaca-se, ainda, um conjunto de função logarítmica e função exponencial, estruturado a partir do funcionamento de um capacitor plano. Esse conjunto é composto por software para aquisição de dados.

16.3 Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados, conforme segue abaixo:

- Polo Efetivo: quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal;
- Polo Associado: quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente localiza-se em um *Campus* de uma IES.

Para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente as suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação.

Ressalta-se que os espaços disponíveis no polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por:

- Computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo;
- Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;
- Ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

Na oferta do Curso de Especialização em Docência para a EPT, Capes/UAB e Setec/MEC, cada instituição definirá, em conformidade com as etapas do cronograma estabelecido pelo Edital Capes nº 9/2022 e o número de vagas disponibilizadas pela Capes/UAB e pela Setec/MEC, os polos de apoio presencial e a relação de vagas disponibilizadas por polo. Essa definição se dará no Sicapes, durante o processo de cadastro das propostas do Curso DocentEPT, em conformidade com os termos pré-estabelecidos com a Setec/MEC.

Cada instituição definirá os polos de apoio presencial, considerando a média de, no mínimo, até 50 cursistas por polo, comprometendo-se a interiorizar a oferta e constituir equipes locais de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2017, da Capes/UAB.

O apoio do polo presencial ocorre, por meio de realização dos encontros presenciais previstos pela instituição ofertante do curso. Ao longo do processo formativo, podem ser definidos momentos presenciais, a depender do planejamento de cada instituição.

16.3.1 As bibliotecas nos polos de apoio presencial

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma utilizada para oferta dos cursos a distância das instituições. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá

ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Os alunos também terão acesso às bibliotecas virtuais do Cefor/IFES e/ou das instituições ofertantes locais. As informações sobre acesso podem ser obtidas no link: <https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais>.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais, como, por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA, por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas.

16.4 Fontes de Recursos Orçamentários

As fontes de recursos orçamentários da oferta do Curso Docente EPT, Capes/UAB e Setec/MEC efetivam-se por meio de custeio e pagamento de bolsas, em conformidade com os termos estabelecidos no Edital nº 9/2022, considerando a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019; e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Ao final do curso, a Coordenação disponibilizará formulário eletrônico de avaliação, que deverá ser preenchido pelos alunos, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso aconteçam. A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações das disciplinas e da avaliação final do curso.

18 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os servidores ligados ao ensino acompanham a aplicabilidade e pertinência do Projeto Pedagógico do Curso, cuidando para que se mantenha alinhado com as diretrizes do IFSULDEMINAS, atendendo as demandas da região e respeitando as instruções encaminhadas pela SETEC.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO do Laboratório de Alimentos do *Campus Avançado Carmo de Minas*. Carmo de Minas: [s.n.], 2017. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/carmo-de-minas_mg#idh. Acesso em: 25 jun. 2020.

BARATO, Jarbas Novelino. **Fazer bem-feito: Valores em educação profissional e tecnológica**. Brasília: UNESCO, 2015. BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 mar. 2020.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 09 de maio de 2012**. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 mar. 2020

_____. **Decreto nº 9.057, 25 de maio de 2017**. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 26 mar. 2020.

_____. **Resolução CNE/CP nº 01, de 05 de janeiro de 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em 08 abr. 2022.

_____. **Resolução CNE CES nº 01, de 06 de abril de 2018**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em 26 de março de 2020.

CLOT, Yves. **La fonction psychologique du travail**. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. **A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011.

GARÇON, Anne-Françoise. **Les techniques et l'imaginaire**. Une question incontournable pour l'historien. Hypothèses, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. **Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação**. Trabalho & Educação. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. **Comprender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. **La Technologie science humaine**. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Resolução CONSUP nº 109, de 25 março de 2021**. Dispõe sobre a alteração do Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação *Lato sensu* do IFSULDEMINAS, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2021/109.2021.pdf. Acesso em: 08 mar. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carmo-de-minas/panorama>>. Acesso em: 24 jul. 2018.
- JONNAERT, P. **Competências e socioconstrutivismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.
- LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning**. Legitimate Peripheral Participation. New York: Cambridge University Press, 1991.
- MAUSS, M. **Les techniques du corps**. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars - 15 Avril 1936.
- MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. **As estatísticas da Educação profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.
- MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- PASTRÉ, P. **A análise do trabalho em Didática Profissional**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637.
- ROSE, M. **O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador**. São Paulo: Senac, 2007.
- SENNETT, Richard. **O Artífice**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- SIGAUT, F. **Comment homo devient faber**. Paris: CNRS Éditions, 2012.
- SIGAUT, François. **L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle**. 1985.
- SIGAUT, François. **Haudricourt et la technologie**. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. La technologie de la science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30.
- SIGAUT, François. **Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail**. Techniques & Culture, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.
- VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. **“La didactique professionnelle”**. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. **Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Legislação da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes):

Portaria CAPES nº 102, de 10/05/2019 – Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027#anchor>

Portaria CAPES n.º 218, de 24/09/2018 - Regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=81#anchor>

Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23-11-2017-decreto-n-5800-uab-pdf>

Portaria CAPES nº 183, de 21/10/2016 – Diretrizes para concessão e pagamento de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=294#anchor>

Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 - Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=261#anchor>

Instrução Normativa CAPES nº 2, 19/04/2017 – Procedimentos de pagamentos e parâmetros atinentes à concessão de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3#anchor>

Documento Digitalizado Público

Projeto Pedagógico - Atualizado 27/04/22

Assunto: Projeto Pedagógico - Atualizado 27/04/22
Assinado por: Luiz Mello
Tipo do Documento: Projeto Pedagógico de Curso
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Luiz Gustavo de Mello, DIRETOR - CD4 - CDM - DDE**, em 27/04/2022 20:15:55.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/04/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 248392

Código de Autenticação: 0843c619b4

